



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS DE ERECHIM  
CURSO DE AGRONOMIA COM ÊNFASE EM AGROECOLOGIA**

**MAYARA WINIE DE LIMA BISSOLI**

**EMPODERAMENTO DE AGRICULTORAS ATRAVÉS DA COLETA E  
BENEFICIAMENTO DE FRUTOS DO CERRADO NO ASSENTAMENTO SÃO  
MANOEL, ANASTÁCIO - MS**

**PONTÃO - RS  
2018**

**MAYARA WINIE DE LIMA BISSOLI**

**EMPODERAMENTO DE AGRICULTORAS ATRAVÉS DA COLETA E  
BENEFICIAMENTO DE FRUTOS DO CERRADO NO ASSENTAMENTO SÃO  
MANOEL, ANASTÁCIO - MS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção de  
grau de Bacharel em Agronomia da Universidade  
Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Me. Vanderlei Franck Thies.

PONTÃO - RS

2018

Bissoli, Mayara Winie de Lima  
Empoderamento de agricultoras através da coleta e beneficiamento de frutos do Cerrado no Assentamento São Manoel, Anastácio-MS/ Mayara Winie de Lima Bissoli. 2018.  
80 f.:il.

Orientador: Vanderlei Franck Thies.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim, RS, 2018.

1. Empoderamento. 2. Autonomia econômica. 3. Mulheres agricultoras. 4. Trabalho coletivo. I. Thies, Vanderlei Franck, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Fonte: Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pela autora.

MAYARA WINIE DE LIMA BISSOLI

“EMPODERAMENTO DE AGRICULTORAS ATRAVÉS DA COLETA E BENEFICIAMENTO DE FRUTOS DO CERRADO NO ASSENTAMENTO SÃO MANOEL ANASTÁCIO – MS”

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientador: Prof. Vanderlei Franck Thies

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 07/06/2018.

Banca examinadora:

  
Prof. Vanderlei Franck Thies

  
Profª. Patrícia Martins da Silva

  
Prof. Cesar Alexandre Bourscheid

Dedico este meu trabalho de conclusão de curso a toda minha família, por todo apoio durante minha caminhada, por todo o esforço e ajuda para me manter no curso. Agradeço-lhes pela presença, pelo cuidado e pelo carinho. Ao meu professor orientador toda minha gratidão por me guiar nessa trajetória. A todas as agricultoras que me possibilitaram o registro dessa experiência tão exitosa.

## **AGRADECIMENTOS**

Neste momento encerro mais um ciclo em minha vida, realizando um sonho pessoal e familiar de cursar o ensino superior. Certamente isso só se efetivou devido ao apoio de muitas pessoas e da oportunidade oferecida pelo movimento social.

Deixo aqui o registro de agradecimento ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois através de parcerias proporcionou que filhos de assentados e acampados estudassem e se formassem em uma universidade federal.

Aos meus pais Josiane/Odvã e Marcio/Elizandra por todo apoio emocional, estrutural e financeiro. Principalmente pela confiança e o orgulho que sempre depositaram em mim, sendo minha base, meu alicerce, meus exemplos e minha força motivacional. A vocês meu eterno amor e gratidão, cheguei até aqui por vocês. Meus exemplos de seres humanos.

Aos meus irmãos e avós, por todo amor, carinho, apoio, companheirismo, incentivo e conselhos. Sem dúvida, foram fundamentais nessa etapa da minha vida. A vocês meu muito OBRIGADA de todo coração.

Agradeço ainda meu companheiro André, que esteve ao meu lado em todos os momentos, me dando apoio e me motivando a seguir. Obrigada por me ajudar nos estudos, nos trabalhos e nos momentos de dificuldades, sempre cuidando de mim e me dando seu carinho e atenção.

As agricultoras do Grupo Baru e colaboradores que tornaram possível a realização deste estudo, registro meu sentimento de gratidão. Também por serem exemplos de lutadoras, guerreiras, mulheres de fibra e de garra que sigam nesse caminho que trará muitas outras conquistas a vocês.

Agradeço ainda ao Vanderlei Franck Thies que aceitou o desafio de me orientar, mesmo estando em um momento que exigia sua total concentração e dedicação. Obrigada pela atenção, pelas sugestões, pelo compromisso, pela dedicação e principalmente pela paciência.

Por fim, mas não menos importante, meu agradecimento a todos os educadores que ao longo desse período acrescentaram o conhecimento e as experiências em minha caminhada, foram sem dúvida essenciais para minha formação e merecem todo meu respeito.

Quando promovemos o empoderamento das mulheres, estamos promovendo uma série de mudanças. A luta é constante e diária, e começa com um NÃO. Não calar, não aceitar, não abaixar a cabeça. Não podemos esquecer de onde tudo começa: dentro de cada um de nós. (Flávia Queiroz).

## RESUMO

Na sociedade onde vivemos a mulher sempre foi vista como incapaz de realizar certas atividades e de ocupar certas posições, que são consideradas de exclusividade masculina, ficando assim em posição de inferioridade ou subordinação. No meio rural essa condição é ainda mais acentuada. Uma das formas de enfrentamento a essa situação é através do empoderamento das mulheres, por meio de atividades produtivas. O objetivo desse estudo é investigar o empoderamento de mulheres agricultoras e a influência da autonomia econômica nesse processo. Para isso, foi realizado um estudo de caso junto a um grupo de trabalho coletivo, de agricultoras do Assentamento São Manoel (MS), onde foram realizadas entrevistas, análise documental e observação participante. Constataram-se diversos avanços no cotidiano dessas mulheres, envolvendo melhorias da autoestima e da autoconfiança, busca por novos conhecimentos e qualificação profissional, bem como mudanças nas relações familiares e comunitárias. Concluiu-se que há presença do empoderamento em cada uma delas, porém em níveis diferentes e que a autonomia econômica foi ferramenta essencial nesse processo, servindo de *start* para a mudança. Sendo está, uma experiência bem-sucedida, fica registrada como exemplo, podendo assim ajudar e/ou influenciar no desenvolvimento de outros grupos de mulheres do meio rural.

Palavras-chave: Empoderamento. Autonomia econômica. Mulheres agricultoras. Trabalho coletivo.

## RESUMEN

En la sociedad donde vivimos la mujer siempre fue vista como incapaz de realizar ciertas actividades y de ocupar ciertas posiciones, que son consideradas de exclusividad masculina, quedando así en posiciones de inferioridad o subordinación. En el medio rural esta condición es aún más acentuada. Como una de las herramientas de enfrentamiento a eso se encuentra el desarrollo del empoderamiento en las mujeres a través de actividades productivas. El objetivo de este estudio es investigar el empoderamiento de mujeres agricultoras y la influencia de la autonomía económica en ese proceso. Para eso se realizó un estudio de caso de un grupo de trabajo colectivo de agricultoras en el Assentamiento São Manoel (MS) a través de entrevistas, análisis documental y observación participante. Innumerables avances en el cotidiano de esas mujeres, mejoras de la autoestima y de la autoconfianza, buscando nuevos conocimientos y cualificación profesional, así como cambios en las relaciones familiares y comunitarias. Concluye que hay presencia del empoderamiento en cada una de ellas, pero en niveles diferentes y que la autonomía económica fue herramienta esencial en ese proceso sirviendo de *start* para el cambio. Siendo ésta una experiencia exitosa queda registrada como ejemplo, pudiendo así ayudar y / o influenciar en el desarrollo de otros grupos de mujeres del medio rural.

Palabras clave: Empoderamiento. Autonomía económica. Las mujeres. Trabajo colectivo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 1- Cadeia teórica de eventos no processo de empoderamento.....	38
Mapa 1- Localização do Assentamento São Manoel no Município de Anastácio, Mato Grosso do Sul.....	41
Mapa 2 - Localização dos biomas no estado de Mato Grosso do Sul.....	44

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Planta de cumbaru e seu fruto. ....	45
Imagem 2 - Processos do beneficiamento da amêndoa de cumbaru.....	49
Imagem 3 - Integrantes do Grupo Baru e a unidade industrial.....	51
Imagem 4 - Produção e comercialização dos produtos.....	53

## LISTA DE SIGLAS

AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural.
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária.
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
COPRAN	Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF.
EPI	Equipamento de Proteção Individual.
FNDCTA	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
GAD	Movimento Gênero e Desenvolvimento.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
MS	Mato Grosso do Sul.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
ONG	Organização Não Governamental.
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos.
PIB	Produto Interno Bruto.
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar.
PNDTR	Programa Nacional Documentação da Agricultora.
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária.
PPP-ECOS	Programa de Pequenos Projetos Ecosociais.
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura.
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária.
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.
SAF	Sociedade Auxiliadora Feminina.

SOF	Sempreviva Organização Feminista.
SNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres.
WID	<i>Women In Development.</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>GÊNERO, SOCIEDADE E AGRICULTURA</b> .....	<b>18</b>
2.1	A QUESTÃO DE GÊNERO NA SOCIEDADE .....	18
2.2	A QUESTÃO DE GÊNERO NA AGRICULTURA .....	22
2.3	AUTONOMIA ECONÔMICA PARA AS MULHERES .....	25
<b>2.3.1</b>	<b>Trabalho Produtivo e Trabalho Reprodutivo</b> .....	<b>29</b>
2.4	EMPODERAMENTO E SUAS ABORDAGENS.....	30
<b>3</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO</b> .....	<b>40</b>
3.1	MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO.....	40
3.2	HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO SÃO MANOEL.....	41
3.3	BIOMA CERRADO .....	42
3.4	CUMBARU: <i>DIPTERYX ALATA</i> VOG.....	45
3.5	HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO ATUAL DO GRUPO BARU.....	47
3.6	ORGANIZAÇÃO INTERNA, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO.....	52
<b>4</b>	<b>TRABALHO COLETIVO, AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DE AGRICULTORAS</b> .....	<b>55</b>
4.1	MELHORIAS NA QUALIDADE DE VIDA E CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA DO TRABALHO COLETIVO .....	55
4.2	MUDANÇAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES.....	61
4.3	DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO GRUPO BARU .....	64
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>67</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>70</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO – AGRICULTORAS DO GRUPO BARU..</b>	<b>76</b>
	<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO – TÉCNICO RESPONSÁVEL DA AGRAER.</b> .....	<b>77</b>
	<b>APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO – REPRESENTANTE DO MST.....</b>	<b>78</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Observa-se crescimento nos estudos voltados a temática das mulheres, pois é conhecido que nos andamentos históricos houve um processo de construção da desigualdade entre os sexos masculino e feminino, principalmente no campo dos direitos. Costa (2000) aponta que isso é consequência da ação de uma sociedade que através da sua cultura, crenças, tradições, leis, educação, divisão sexual e social do trabalho acabou criando dois tipos de sujeitos, sendo distinguidos como masculino e feminino, os quais mantêm relações de domínio e subjugação. Korsack; Dorneles (2014) complementam dizendo que inicialmente a mulher era de domínio do pai e mais tarde do marido, tendo sua posição social bem definida, com obrigações restritas aos cuidados com a casa, filhos e marido, e que essas concepções patriarcais ecoam na sociedade atual.

As mulheres foram protagonistas em diversas lutas, buscando romper barreiras e imposições de uma sociedade patriarcal, se libertando de amarras e saindo da posição de oprimidas para posição de sujeitas de sua própria história. Diante disso, Souza; Kazmierczak; Couto (2012) apontam que foi através de uma longa jornada de embates, protestos, passeatas, entre outros, que as mulheres adquiriram diversos direitos, onde o movimento feminista teve papel fundamental levantando diversas pautas relacionadas a igualdade entre homens e mulheres.

Nesse processo muito se avançou, mas nem todas as amarras foram rompidas. Verifica-se ainda comportamentos e atitudes de poder e dominação masculina em muitos espaços. No meio rural essas desigualdades de gênero são potencializadas, na qual se encontra fortemente a questão da divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo desempenhado pelas mulheres.

Todas essas questões, aliadas a falta de recursos, colocam as mulheres agricultoras em situação de submissão e inferioridade. Mesmo que no meio rural grande parte das atividades são desempenhadas por elas, ainda assim, o reconhecimento recai sobre a figura masculina, os quais, em sua maioria, são responsáveis pelas tomadas de decisões, sendo considerados chefes da família.

Acredita-se que a agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento rural e que as mulheres desempenham papel importante nesse processo. Perante essa situação, verifica-se a necessidade de estimular o empoderamento e a busca

pela autonomia econômica da mulher do campo. Para que possam decidir e conduzir suas próprias vidas, se libertando por completo da dominação masculina e participando na sociedade com a garantia de seus direitos.

Com essa intenção, já foram desenvolvidos diversos projetos e políticas de apoio e incentivo para mulher rural, porém percebe-se que há algumas fragilidades no processo de acesso a esses benefícios, os quais precisam ser melhorados e amplamente divulgados para abranger um número maior de agricultoras. Esses projetos e políticas são agentes facilitadores na promoção do empoderamento da mulher rural. Aponta-se a autonomia econômica como uma via do empoderamento, tendo um potencial transformador da realidade, ao oportunizar novas condições e realizações na vida familiar e social de agricultoras.

Nesse sentido, encontra-se como alternativa para as mulheres agricultoras a realização de atividades produtivas, geradoras de renda através de trabalhos coletivos, pois são diversas as vantagens nos trabalhos em grupos. Essa forma de trabalho facilita o acesso a projetos, a comercialização e pode proporcionar diversos benefícios empoderadores, se tornando assim mais um mecanismo facilitador do processo de emancipação das agricultoras.

Há muito o que se fazer para promover o desenvolvimento dos assentamentos. Como peça indispensável nesse processo temos que motivar todas as formas de protagonismo das mulheres, elevar suas capacidades, ampliar seus conhecimentos, oportunizar o acesso ao estudo, a saúde, a uma vida digna, garantir o poder sobre seus corpos, suas vontades e desejos.

Desse modo, torna-se essencial dar voz as mulheres em investigações e visibilizar experiências bem-sucedidas, intencionando seu fortalecimento e reconhecimento. Isso é fundamental para motivar o desenvolvimento de outras experiências, como forma de resistência da mulher rural que busca a cada dia conquistar seu espaço e seus direitos.

O empoderamento é compreendido como uma ferramenta potencializadora do desenvolvimento das mulheres do campo. Pretende-se investigar nesse estudo o processo pelo qual o empoderamento feminino ocorre e a importância da autonomia econômica nesse conjunto. Para isso investigou-se uma experiência prática de um coletivo de mulheres agricultoras, o Grupo Baru, no Assentamento São Manoel, em Anastácio – MS, procurando responder a seguinte questão de estudo: como a autonomia econômica pode auxiliar no processo de empoderamento da mulher do

campo?

A formação de grupos e o desenvolvimento de atividades, como o do Grupo Baru, são alternativas para as mulheres do campo, que na vida como agricultoras sempre tiveram poucas oportunidades, tendo sempre a responsabilidade por trabalhos domésticos e atividades de manutenção na propriedade. O desenvolvimento da autonomia econômica e o incentivo ao empoderamento proporcionam a essas agricultoras maior liberdade de escolha, independência financeira e crescimento intelectual, onde nas atividades em grupo surgem oportunidades de participar de cursos, feiras, encontros de mulheres, entre outros. Todo esse processo faz parte da luta das mulheres pela igualdade de gênero e o empoderamento da mulher do campo, sendo essa a temática a ser estudada.

Frente a esse contexto, o objetivo geral do presente estudo é investigar o empoderamento feminino e analisar a influência da autonomia econômica nesse processo junto a um grupo de trabalho coletivo de mulheres agricultoras do Assentamento São Manoel (MS). Os objetivos específicos que ajudarão responder ao objetivo geral são:

- Elencar e discutir as melhorias na qualidade de vida observadas por essas agricultoras a partir do trabalho em grupo;
- Analisar as mudanças nas relações sociais e familiares identificadas pelas agricultoras que foram impulsionadas pelo trabalho do grupo;
- Identificar as dificuldades enfrentadas pelo grupo Baru;
- Identificar qual foi a contribuição financeira que o trabalho em grupo trouxe para as mulheres.

Com intuito de responder aos objetivos, propostos neste estudo de natureza qualitativa, foi adotado como estratégia de pesquisa o estudo de caso, que de acordo com Robert Yin (2005, p.19 apud BAMBIL, 2007, P.37),

[...] representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo como e por que, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Visando apresentar informações que possam servir para ações de transformação da realidade, desenvolveu-se a pesquisa com um grupo de 5 mulheres, denominado Grupo Baru, do Assentamento São Manoel, Município de Anastácio, MS.

Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, utilizando

questionários com questões guias para obtenção das informações desejadas. De acordo com Gil (1999), esse tipo de entrevista permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto e permite ao entrevistador intervir para manter o foco no assunto de interesse. Segundo Minayo (2002) a entrevista semiestruturada é uma junção da entrevista estruturada, que pressupõe perguntas previamente formuladas, com a entrevista não estruturada, ou seja, o informante aborda livremente o tema proposto.

Foram desenvolvidos três tipos de questionários, sendo: um questionário direcionado as cinco mulheres participantes do grupo, contendo 16 questões relacionadas a história de formação do grupo, a autonomia econômica, as mudanças de vida, ao trabalho coletivo e as transformações ocorridas na vida das mulheres (Apêndice A); um questionário destinado ao responsável técnico da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), contendo 12 questões que abordam o processo de formação do grupo (Apêndice B); um questionário destinado a representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), contendo 7 questões voltadas a visão do movimento sobre a experiência do grupo (Apêndice C).

As entrevistas com as agricultoras foram realizadas individualmente, no mês de agosto de 2017. Para isso, a pesquisadora marcou com as mulheres a melhor data para a visita e realização das entrevistas. Estas foram realizadas na casa de cada uma das participantes do grupo, sendo primeiramente apresentados os objetivos da pesquisa e em forma de diálogo e conversa, obteve-se as informações. Com a permissão das entrevistadas a conversa foi gravada, para facilitar a coleta dos dados. Posteriormente as entrevistas foram transcritas fielmente ao diálogo estabelecido. As agricultoras foram identificadas nesse trabalho como Maria, acrescido do nome de um fruto do Cerrado, para tal foram escolhidos: Maria do Baru, Maria do Bocaiuva, Maria do Jatobá, Maria do Ingá e Maria do Pequi.

A entrevista com o representante técnico da AGRAER foi realizada no mês de novembro de 2017 e a entrevista com a representante do MST fora realizada no mês de março de 2018, ambos através de e-mail, devido às dificuldades para um encontro presencial, uma vez que os mesmos se encontravam em outros municípios. Ambos questionários foram enviados por correio eletrônico e respondidos através do mesmo.

Para fins de complementação da pesquisa a campo, foi realizado consulta

documental, especialmente nos registros de reuniões e diversos documentos do projeto. Estes foram fornecidos pelas integrantes do grupo e pelo representante da AGRAER, para identificação do processo que levou a formação do Grupo Baru.

Também foram obtidos dados através da observação participante, registrada em diário de campo. Como descreve Minayo (2002) a técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos, o que possibilita adquirir informações que não são conseguidas através de perguntas. A autora descreve também que o diário de campo é uma ferramenta de registro de dados, em que será registrado as percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidos através da utilização de outras técnicas.

Para a efetivação da observação participante, à pesquisadora se inseriu junto as mulheres do grupo em algumas de suas atividades, tendo participado na coleta do cumbaru, na pesagem e armazenagem dos frutos. Além disso, visitou a agroindústria, a fim de observar o trabalho coletivo e o processamento do fruto, participou da feira junto com o Grupo, trabalhando em conjunto com as mulheres. Além de que foram realizadas algumas visitas informais nas casas das agricultoras, para conversar sobre o coletivo e obter mais informações.

Além da revisão de literatura, a pesquisadora utilizou como ferramenta de estudo, seu acúmulo de conhecimento sobre o local e sobre as agricultoras pesquisadas. Isso foi possível devido a pesquisadora residir no assentamento São Manoel desde criança, tendo acompanhado de perto todo o processo de organização desse grupo de agricultoras.

Por fim, o estudo está organizado em quatro capítulos, além da introdução e considerações finais. No capítulo 2 é apresentada a base teórica do estudo, abordando a questão das mulheres na sociedade e na agricultura, bem como a discussão sobre autonomia econômica, trabalho produtivo e reprodutivo e empoderamento das mulheres. No capítulo 3 apresenta-se a contextualização do local de estudo, descrevendo as características do município, do assentamento, do grupo de mulheres, do bioma e da planta abordadas no decorrer da pesquisa. No quarto capítulo os dados coletados a campo referentes ao processo de empoderamento e autonomia econômica das mulheres do Grupo Baru.

## 2 GÊNERO, SOCIEDADE E AGRICULTURA

Este capítulo trata da revisão bibliográfica sobre a temática da pesquisa, contextualizando aspectos gerais da posição da mulher na sociedade e na agricultura e também discutindo diferentes abordagens sobre a autonomia econômica e o empoderamento da mulher.

### 2.1 A QUESTÃO DE GÊNERO NA SOCIEDADE

Nesta seção será abordado o contexto em que as mulheres estão inseridas na sociedade, desde os tempos passados até a atualidade. Assim como, a luta feminina por direitos e espaços igualitários.

A luta das mulheres por direitos igualitários percorre toda a história de formação da sociedade. Em todos os períodos históricos, as mulheres estão inseridas em posições inferiores aos homens. Desde a antiguidade o papel das mulheres era centrado na maternidade, cuidados com a casa, com a família e servir aos desejos sexuais do marido.

Algumas histórias contadas na literatura apenas reforçam a inferioridade da mulher, conforme destacam Souza; Kazmierczak; Couto (2012) na história de Atena, conhecida por ser deusa da sabedoria, da indústria, da arte e da guerra, o que não significa o poder de uma mulher, pois ela surgiu quando Zeus - seu pai - pediu a Hefesto - deus do fogo - que lhe abrisse o crânio, pois sentia terríveis dores de cabeça.

Este conto mostra uma mulher poderosa e muito forte por ser uma deusa, entretanto, conforme conta Souza; Kazmierczak; Couto (2012, p. 03) “[...] o significado da história de Atena é bastante rico quando se pensa no sentido da deusa, justamente da sabedoria, ter saído da cabeça de um homem [...]”. Outro exemplo é a história de Eva, como é contada na bíblia sagrada, como sendo a primeira mulher criada por Deus a partir da costela de Adão, que era o primeiro homem.

Com estes dois exemplos, fica evidenciado que a história da humanidade contada até os dias de hoje, apenas reforçam uma ideologia de poder e domínio dos homens sobre as mulheres. Não se contam histórias de mulheres protagonistas no processo de formação da sociedade e, nesse contexto, a participação da mulher negra fica mais invisível ainda. Porém, se sabe que as mulheres tiveram papel

fundamental nos processos históricos, como por exemplo, a participação ativa das mulheres brasileiras no enfrentamento a ditadura militar iniciada em 1964. Antes disso se tem a história de Alexandra Kolontai, como sendo a primeira mulher ministra de estado, no ano de 1917, no Governo Soviético. (KOLONTAI, 2000).

As mulheres enfrentaram também uma longa trajetória de lutas por direitos igualitários, dentre estes estava a participação no mercado de trabalho, a partir de então a mulher começou a protagonizar sua própria história e a conquistar o direito à educação formal e ao voto. (Korsack; Dorneles, 2014).

Segundo Souza; Kazmierczak; Couto (2012), as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto em 1932 e em 1934 é eleita a primeira deputada mulher. Nessa perspectiva, Miguel (2011) complementa que, inicialmente, apenas mulheres casadas com autorização do marido, ou solteiras e viúvas com renda própria tinham esse direito de voto. É apenas na Constituição de 1988 que se consolida o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres. (QUEIROZ, 2011).

O direito ao voto foi uma das conquistas essenciais para inserção da mulher na construção da sociedade, pois a participação ativa das mulheres na política faz com que se abra outras perspectivas de ação, sendo elas as principais responsáveis por preocupações no campo social. Outra questão crucial para a inserção feminina na sociedade foi o processo de industrialização, como destaca Melo; Di Sabbato (2011), pois o crescimento da participação social feminina se deu por fatores econômico e culturais. Um deles, foi o avanço da industrialização e outro a diminuição da fecundidade, devido a difusão da pílula anticoncepcional, o que possibilitou aumento nos empregos para as mulheres, tanto no Brasil como no mundo.

A inserção feminina no mercado de trabalho foi um avanço na luta das mulheres, entretanto surgem outras questões aliadas a isso, como a dupla jornada e a divisão sexual do trabalho. Melo; Di Sabbato (2011, p.55) destacam que,

[...] os ganhos conquistados pelas mulheres ao longo do século XX, tais como queda da taxa de fecundidade, aumento da escolaridade e maior participação no mercado de trabalho não foram suficientes para sustentar uma trajetória ocupacional que pudesse superar as desigualdades entre o papel feminino e masculino.

Todas estas questões persistem na sociedade atual e seguem na pauta de luta das mulheres. Assim como a dupla jornada de trabalho, que surge a partir da

inserção da mulher no mercado, pois ainda se mantêm as atividades domésticas, os cuidados com a família e outros afazeres não remunerados, sendo considerados como atividades de obrigação feminina. Além disso, essas vagas no mercado são restritas a certos cargos, pois como afirma Melo; Di Sabbato (2011) não foram superados os obstáculos de acesso a cargos de direção e chefia, sendo as mais submetidas a contratos informais, ao desemprego e menor presença sindical. Por vezes necessitam contratar outras mulheres para substituí-las nos afazeres e cuidados domésticos.

Como resultado da sociedade atual surge a mulher moderna, a qual está inserida em espaços executivos, políticos, administrativos, gerenciais e pela primeira vez assumem cargos de importância, como exemplo o de Presidenta da República Brasileira no ano de 2010, alcançando patamares de destaque social. Essa mulher moderna vem sendo caracterizada como independente, por estar conquistando espaços que por tempos foram masculinizados. Entretanto, há diversos paradigmas a serem rompidos e superados, como exemplo, as violências físicas, psicológicas, morais e sexuais que ainda são enfrentadas diariamente por muitas mulheres.

A escritora revolucionária Alexandra Kolontai (2000), descreve a mulher moderna como sendo filha do sistema econômico do grande capitalismo, sendo possível seu surgimento a partir do aumento quantitativo do seu trabalho assalariado. Descreve também que, esse novo tipo de mulher não é fruto do esforço de algumas individualidades, mas sim de uma transformação nas camadas mais profundas das sociedades, onde se reproduz a adaptação ao trabalho nas condições transformadas de sua existência.

Para além das conquistas nos espaços profissionais, a luta das mulheres tem por principal objetivo e meta a ruptura das violências domésticas, sendo esta a principal frente de atuação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SNPM<sup>1</sup>. Segundo a SNPM (2010), no ano de 2010 foi observado um aumento de 112% de registros na Central de Atendimento à Mulher e, desse total: 14,7% disseram sofrer violência por parte do companheiro; 72,1% dos casos as mulheres vivem junto ao agressor; 39,6% relatam sofrer violência desde o início da relação; 57% sofrem violência diariamente; 69,7% dependem financeiramente do agressor; em 50,3% dos casos as mulheres relatam sofrer risco de morte; em 16,2% das

---

<sup>1</sup> A SNPM é uma Secretaria de Governo da Presidência da República, cuja atribuição é a elaboração de políticas públicas voltadas para as mulheres brasileiras.

situações os filhos sofrem violência junto com a mãe.

Com intuito de acabar com essas violências, proporcionar uma proteção as mulheres violentadas e punir os agressores, foi criada no Brasil, no ano de 2006, a Lei 11.340, denominada Maria da Penha. Ela define em seu texto o que é violência doméstica e familiar, assim como aponta as linhas de uma política de prevenção e atenção ao enfrentamento dessa violência. Esta Lei, simbolicamente, homenageou uma mulher vítima de violência doméstica - Maria da Penha Fernandes - que lutou em Corte Internacional pela realização do julgamento de seu agressor. (BARSTED, 2011).

Dentre as conquistas na legislação se tem o direito reprodutivo, no qual a mulher é responsável e livre para decidir sobre a quantidade, o tempo e a oportunidade de ter filhos, tendo também o direito de tomar decisões e acessar informações. (QUEIROZ, 2011).

Como afirmou Barsted (2011), foram inúmeros os avanços no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres e para além do que já foi citado, vale registrar aqui outras leis que amparam esses direitos. Dentre estas temos: no Código Civil, as discriminações no âmbito privado foram revogadas e passaram a ser igualados os direitos e obrigações dos homens e das mulheres; o Estado assegura a assistência a família, criando mecanismos para coibir a violência; penalidade para crime de violência doméstica, com agravante para crimes sexuais; criação e ampliação de serviços voltados para atendimento a mulheres em situação de violência; estupro como crime hediondo, inafiançável e atentado violento ao pudor com aumento nas penas para esses delitos; violência psicológica se caracteriza em crimes de tortura com pena aumentada se for cometida com crianças, grávidas, deficientes e adolescentes; proteção aos direitos sexuais e reprodutivos; penalidade em caso de assédio sexual; reconhecimento do tipo penal “violência doméstica”; entre outros.

De todos os tipos de opressões sofridas pelas mulheres, a violência sexual é a mais agressiva e destruidora na vida delas. Em todos os períodos históricos a mulher é usada como objeto sexual, cada vez mais se vem quebrando essa concepção e se torna urgente e necessário assegurar o direito de domínio feminino sobre seu próprio corpo. Para isso, órgãos e movimentos feministas buscam construir na legislação meios de proteção aos direitos das mulheres, como nos conta Lia Zanotta Machado (2011), na Conferência sobre Direitos Humanos em seu artigo 38 afirma a importância de eliminar todas as formas de violência contra as mulheres

e garantir seus direitos nos âmbitos públicos e privados.

No meio rural a situação também não é diferente, todas essas dificuldades e desigualdades estão presentes nas relações dos indivíduos. Tema esse que será abordado na seção seguinte.

## 2.2 A QUESTÃO DE GÊNERO NA AGRICULTURA

Nesta seção será abordado as relações de gênero no âmbito rural, afim de compreender melhor a condição em que vivem as agricultoras.

Os avanços nos direitos femininos se entrelaçam na esfera da sociedade e na esfera da agricultura, pois no meio rural a mulher também passou por um processo de luta por seus direitos e para superar todos os paradigmas construídos ao longo dos séculos, como por exemplo, a concepção de que os trabalhos de lavoura são responsabilidade do homem, eles que tomam as decisões de plantio e decidem o destino da renda obtida da produção. Porém, ao investigarmos a história percebe-se que a mulher foi fundamental para o surgimento da agricultura. Como nos conta Meurer; Ramalho; Krauser (2016, p.11),

Por volta de 10 mil anos atrás, aconteceu um processo que marcou a história humana sobre a terra. As mulheres, pela observação da natureza, perceberam que os frutos tinham sementes e essas germinavam dando origem a plantas idênticas aquelas que haviam sido colhidas. Surge, assim, a agricultura graças ao trabalho e observação das mulheres.

Segundo Marion (2016), o surgimento da agricultura fez com que a humanidade estabelecesse um modelo de vida sedentária, construindo cidades e passando por avanços sociais e tecnológicos. Com o avanço da agricultura familiar a mulher assumiu papéis relevantes, pois com a mecanização a força bruta não era tão necessária como antes e isso proporcionou maior participação das mulheres nas atividades agrícolas.

No meio rural a divisão sexual do trabalho é evidente, pois o trabalho com a terra é desempenhado na maioria das vezes pelo homem e os trabalhos mais “leves”, como de horta, cuidado com pequenos animais, manutenção da casa e cuidado com os filhos, fica a cargo da mulher. Geralmente, as propriedades rurais eram registradas em nome do homem como o titular, o que, de certa forma, proporcionava um mecanismo de domínio masculino. Assim, muitas mulheres se submeteram a situações de opressão e até de violência, por medo de perder o direito à terra, devido o homem ser o titular da propriedade.

Uma recente publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010, p.6) destaca que,

A participação na produção dos assentamentos está, na maioria das vezes, limitada pelas responsabilidades desiguais entre homens e mulheres no trabalho reprodutivo das famílias. Com menor tempo para o trabalho produtivo e sem acesso as decisões de gestão da produção, as mulheres assentadas, assim como as agricultoras familiares, atuam, principalmente, nos quintais, garantindo a produção para o autoconsumo das famílias. Pelo fato de não ter acesso à renda monetária, seu trabalho permanece invisível e desvalorizado para a economia dos assentamentos.

Com a intensão de apoio e incentivo ao desenvolvimento feminino, foram criados programas governamentais e através da Portaria INCRA nº 981/03 que garante o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional da Reforma Agrária, passou a garantir a mulher o direito de ter seu nome no título da terra. Nandi (2015) afirma que a agricultura familiar vem ganhando espaço como uma alternativa para o desenvolvimento rural sustentável e que a renda é uma condicionante para permanência feminina no meio rural. Desta maneira, os programas PAA e PRONAF – MULHER se tornam algumas das ferramentas de resistência feminina no meio rural.

Segundo Nandi (2015), o PRONAF - MULHER foi criado no ano de 2003, pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e, no mesmo ano, também foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Estas políticas públicas promovem a geração de renda e a produção de alimentos. O autor também aponta, que esses programas contribuem para a segurança alimentar das pessoas atendidas e das famílias agricultoras.

Nesta mesma perspectiva, o governo também criou programas como o de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), o de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, de assistência técnica especializada para as Mulheres Rurais, inclusão da mulher no acesso à terra, Programa de Ates focado na questão de gênero e Crédito Instalação para grupos produtivos de mulheres assentadas, compondo inúmeras conquistas para as mulheres do meio rural. (MDA, 2010).

Atualmente sabemos que as mulheres brasileiras são muito mais que coadjuvantes: elas não apenas ajudam, mas são responsáveis por parte considerável da produção, sobretudo na agricultura familiar. (ZIEGER, 2016).

Rebecca Tavares (2011, p.250), nos traz alguns dados relevantes sobre o último relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

(FAO), no qual

[...] ressalta que investir em mulheres agricultoras, e fechar a brecha de gênero na produtividade agrícola, diminuiria o número de pessoas malnutridas por 15%. Isso significaria de 100 a 150 milhões de pessoas a menos vivendo em situação de fome.

Outra questão importante que cabe aqui ser ressaltada é o direito da mulher à terra, bem como a implantação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) conjunta e obrigatória, pois estas ferramentas foram alavancas que impulsionaram o desenvolvimento da mulher rural.

O MDA (2010) diz que a titularidade conjunta da terra ocorria de forma precária, devido não existir um instrumento legal que a tornasse obrigatória. Então foi criada a Portaria N° 981/2003 e a Instrução Normativa N° 38/2007 do INCRA, que alteraram esta situação, pois ter terra em seu nome possibilita as mulheres o acesso às políticas de desenvolvimento e favorece a construção da autonomia econômica das mulheres na reforma agrária. A média de mulheres titulares era de 13%, nos anos de 2003 a 2006 e subiu para 25,6%. Já em 2007 a média era de 55,8% de mulheres titulares de lote.

Evidentemente que, no processo de lutas, as mulheres avançaram significativamente em seus direitos. Diversas políticas públicas de incentivo foram criadas para as mulheres do meio rural, ainda faltando divulgação e dedicação para que essas mulheres tenham conhecimento de que podem acessar diversos projetos e programas que podem auxiliar e proporcionar melhorias em suas vidas. Conforme reconhecia o MDA (2010, p. 31) “somente uma ação conjunta e integrada entre os órgãos governamentais, as prestadoras de Ates e a participação social poderá construir um Brasil Rural com igualdade entre mulheres e homens na reforma agrária [...]”.

Nandi (2015), evidencia a importância da contribuição feminina para a redução da pobreza e aumento de espaços de igualdade, considerando também que, apesar do crescimento do agronegócio, as agricultoras mantêm as pequenas produções para o autoconsumo e criam condições de autonomia resgatando antigos conhecimentos e costumes. A autora salienta que “[...] os saberes, hábitos culturais, formas de plantio, espécies de sementes, são preservados a partir do trabalho desempenhado pelas mulheres [...]”. (NANDI, 2015 p. 47).

De acordo com Pastório (2014, p.4) “[...] faz-se necessário, ainda observar que além de viabilizarem a inserção da mulher nas políticas rurais estas devem

possibilitar a mulher sua autonomia [...]”. Destaca ainda que

A participação da mulher em espaços produtivos como a agricultura, avança quanto à percepção subjetiva de seu reconhecimento, principalmente por elas mesmas, que passam a se ver como conhecedoras e manipuladoras do processo de produção agrícola em suas propriedades rurais familiares reconhecendo-se como sujeitos que estão nas relações tanto subjetivas quanto de trabalho ocorridas no meio rural, em patamar de igualdade enquanto ser humano. (PASTÓRIO, 2014, p. 5).

Neste mesmo sentido Marion (2016) destaca a participação das mulheres em todos os tempos, reforçando que sempre foi essencial, seja nos setores econômicos ou sociais, elas sempre lutaram e desempenharam papéis de mães e donas de casa, ao mesmo tempo em que buscavam o sustento para si e para a família, não deixando de lado a busca por seu espaço na sociedade.

Pode-se dizer que, tanto no meio rural quanto no urbano, as mulheres tiveram significativos avanços em seus direitos e reconhecimento, passaram por processos longos e conflituosos para chegar onde chegaram. Sabe-se que a luta continua, pois existe muito a ser conquistado no campo da igualdade de gênero. Ainda há muitos espaços masculinizados na sociedade, principalmente no meio rural, onde se encontra muitas famílias tradicionais, que mantêm os velhos costumes e preceitos, onde o homem ainda é o maior responsável pelas atividades agropecuárias.

De certa forma, isso se mantém devido a população rural ser em sua maioria a geração mais velha, pois o êxodo rural de jovens ainda é grande, por falta de estudo e formas de entretenimento no meio rural. É evidente a necessidade de incentivos para a permanência e desenvolvimento da população rural, principalmente incentivos para as mulheres, pois na linha hereditária a preferência em assumir os deveres na propriedade, na maioria das vezes, acaba ficando para o filho homem.

Com intuito de encontrar alternativas de mudanças desse cenário, busca-se na seção seguinte estudar o papel da autonomia econômica nesse processo de desenvolvimento da mulher rural.

### 2.3 AUTONOMIA ECONÔMICA PARA AS MULHERES

Nesta seção será descrito alguns conceitos e contextos sobre autonomia econômica das mulheres, afim de compreender sua importância e relevância no processo de empoderamento feminino.

Partindo do significado das palavras ‘autonomia’ e ‘econômica’ presentes no

dicionário, vemos que ‘autonomia’ está ligado a gestão de sua própria vida, é a aptidão ou competência do indivíduo de realizar suas vontades e/ou princípios. Já a palavra ‘econômica’ deriva de economia, que está ligado à obtenção, à produção, ao consumo e à utilização dos bens materiais (FERREIRA,1999). Desta maneira autonomia econômica pode ser interpretada como a liberdade que um indivíduo tem de gerir seus bens materiais da forma que bem pretender.

Trazendo o conceito de autonomia econômica ligado a questão das mulheres, teremos uma interpretação com maior simbologia. Vimos na trajetória feminina que a conquista da autonomia econômica levou muito tempo para acontecer, tendo sido necessário muitas lutas e políticas públicas para que conseguissem se libertar de conceitos impostos por uma sociedade machista e conservadora. Desta maneira Rodriguez (2013) afirma que a autonomia econômica das mulheres não se determina apenas por sua inserção em processos microeconômicos, mas principalmente pelos impactos que as políticas macroeconômicas provocam sobre sua inserção na sociedade.

É evidente que as políticas de incentivo são fundamentais para que as mulheres do campo desenvolvam atividades produtivas geradoras de renda, porém não se deve deixar de lado o trabalho reprodutivo desempenhado por elas. Este último é fundamental para a manutenção da família e essencial para vida de todos, todavia pouco valorizado e reconhecido no âmbito econômico familiar. Se compararmos uma jornada diária de trabalho de uma mulher do campo com a de seu marido, claramente veremos a sobrecarga do trabalho feminino e a injustiça no reconhecimento de todas as atividades por elas diariamente desempenhadas. (SUCUPIRA, 2016).

Como afirma Sucupira (2016), essa sobreposição de atividades deve ser considerada ao desenvolver projetos de produção e comercialização para as mulheres. A tarefa de desenvolver projetos que cativem as mulheres do campo a participar e permanecer nesses projetos não é nada fácil, entretanto esses são meios de incentiva-las na conquista de sua autonomia econômica.

Nobre (2016, p.41) afirma que “[...] no Brasil, há um conjunto de políticas públicas propostas pelo governo federal e executadas em articulação com os municípios que favorecem a autonomia econômica das mulheres [...]”. E traz alguns exemplos de programas nesse sentido, como: PRONATEC, PAA, PNAE, inclusão produtiva urbana no Plano Brasil Sem Miséria, Pró-Equidade de Gênero e de Raça e

ação de prefeituras e consórcios em torno da autonomia das mulheres, foram algumas experiências de políticas que favoreceram à autonomia econômica das mulheres do campo em especial. Estas políticas estavam em desenvolvimento antes do impeachment da ex presidenta Dilma, os efeitos e consequências de sua deposição sobre tais políticas ainda é tema a ser pesquisado.

Todas as formas de incentivo à autonomia econômica das mulheres devem permanecer e se multiplicar cada vez mais. Aliado a isso, se tem a necessidade de considerar o tempo dedicado ao trabalho doméstico, de cuidados consigo e com os outros. Com essa conciliação torna-se possível uma maior porcentagem de mulheres participando de atividades produtivas.

Rodriguez (2013) nos traz uma discussão a respeito da economia feminista, dizendo que esta veio para jogar uma luz sobre os debates das ciências econômicas, humanas e sociais, enfatizando que o trabalho doméstico cria riqueza, pois sustenta e reproduz a vida em sociedade. Para esta autora, o ideal seria que todas as atividades desempenhadas no âmbito doméstico fossem incluídas nas análises econômicas tradicionais, pois da maneira que essas análises são realizadas o trabalho doméstico fica de fora do mundo econômico, não tendo valor de troca e ficando fora também das contas nacionais.

Nobre (2016, p.19), conceitua a economia feminista como sendo “[...] um campo teórico e uma proposta política que rompe os paradigmas da economia neoclássica [...]”. Argumenta também que, na economia, a competição se dá por indivíduos de posições sociais diferentes, apontando que em muitas famílias existem relações baseadas em cálculos e privilégios, sendo marcadas por relações de poder e onde a vontade de um se sobrepõe a vontade de outros. Nobre (2016, p. 20) destaca ainda que a economia e as atividades de produção do viver estão ligadas e que “[...] a economia não é uma relação entre números e fórmulas, mas uma relação entre pessoas [...]”.

Sabemos que as atividades do lar, como limpar, cozinhar, lavar roupa e cuidar das crianças são, em sua maioria, desempenhadas pela figura feminina. No meio rural essas atividades se multiplicam, pois se acrescenta no dia-a-dia os tratos com pequenos animais, cuidados com horta e produtos para o autoconsumo. Todas essas atividades não são remuneradas em dinheiro, devido a isso não é considerado como trabalho, pois a concepção de trabalho construída pela sociedade capitalista está associada ao assalariamento. No entanto, no debate da autonomia

econômica das mulheres, todas essas atividades são levadas em conta, sendo as trocas realizadas entre as agricultoras consideradas como uma forma de contribuição econômica.

A contribuição econômica das mulheres do campo muitas vezes se oculta em relações que não necessariamente passam pelo dinheiro, como autoconsumo, trocas e doações daquilo que elas produzem. [...] São algumas atividades corriqueiras das mulheres rurais, cujo significado econômico nem sempre é levado em conta. (SUCUPIRA, 2016, p. 6).

Neste sentido Sucupira (2016, p.8), nos mostra mais um campo de visão a respeito da economia dizendo que se “[...] pensamos a economia como a produção cotidiana do viver, constatamos que a contribuição econômica das mulheres é imensa [...]” e isso se dá devido a todas as atividades desempenhadas por elas.

Sucupira (2016) discute ainda que, de certa forma, a divisão desigual do trabalho doméstico acaba atrapalhando a participação das mulheres em grupos coletivos, entidades ou movimentos sociais, pois, para que elas consigam participar de alguma atividade precisam realizar primeiro os trabalhos domésticos, que são interpretados como de responsabilidade exclusiva da mulher. Uma entrevistada de Sucupira (2016), relata ter que trabalhar em dobro por ser mulher e ter que se desdobrar para fazer todos os serviços domésticos para que o marido não fale nada, assim ela não precisa largar o que gosta de fazer.

De acordo com Nobre (2016), a autonomia econômica é essencial para que as mulheres possam prover seu próprio sustento e decidir sobre suas próprias vidas. Ela não envolve, portanto, apenas independência financeira e geração de renda, mas pressupõe também autonomia para realizar escolhas. Além de garantir a própria renda, é preciso que as mulheres tenham liberdade e condições favoráveis para escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para o lazer e para se qualificar. Esse é o conceito de autonomia econômica usada no presente trabalho.

Portanto, o conceito de autonomia econômica adotado, evidencia os benefícios que oportuniza as mulheres. Esta autonomia se torna uma ferramenta para encorajar as mulheres do campo a desenvolver atividades, a participarem de projetos e se reunirem enquanto coletivo. Essa ferramenta, pode ser utilizada para incentivar as mulheres a darem um primeiro passo rumo ao seu crescimento pessoal e coletivo. Ao se inserir em atividades que lhes tragam retorno econômico, as mulheres desenvolvem uma nova forma de se relacionar com a família e com a sociedade, com isso se tornando mais confiantes. Além disso, essas atividades

proporcionam momentos de encontro com outras mulheres, onde as agricultoras podem conversar, descontraírem e sair da rotina, melhorando a auto-estima.

Aqui a autonomia econômica é compreendida como uma das ferramentas necessárias para levar as mulheres do meio rural a um outro patamar de vida, sendo utilizado como *start*<sup>2</sup> para que essas agricultoras se empoderem enquanto mulheres donas de suas escolhas e saiam em busca de seus direitos sociais e de retornos positivos para suas vidas, como consequência do seu trabalho. Antes de analisar mais cuidadosamente o tema do empoderamento, considera-se no próximo tópico alguns aspectos específicos do trabalho produtivo e reprodutivo.

### 2.3.1 Trabalho Produtivo e Trabalho Reprodutivo

Nesta seção aborda-se brevemente os aspectos que cabem ao trabalho produtivo e ao trabalho reprodutivo das mulheres. Com objetivo de diferenciar essas duas formas de trabalho, o que auxiliará na compreensão dos assuntos discutidos neste estudo.

O trabalho em si, é compreendido na sociedade capitalista como sendo as atividades que os indivíduos desenvolvem em troca de um pagamento em dinheiro. Rodriguez (2013), diz que a partir do surgimento da economia feminista começa a ser discutido outras formas de trabalho, antes não considerados como tal. Entre esses se encontra o trabalho doméstico e o de cuidados desempenhados pelas mulheres.

Rodriguez (2013, p. 6) conceitua essas duas formas de trabalho:

O trabalho produtivo se refere a aquele que gera mercadorias e renda, ou seja, é aquele destinado às trocas de mercado, e que tendo, portanto, legitimação e valorização nesse mercado, é remunerado. O trabalho reprodutivo por sua vez é o conjunto das atividades que se realizam para o cuidado das pessoas e seu desenvolvimento, inclusive a “produção de produtores” ou reposição da força de trabalho. A maior parte delas é realizada por mulheres em forma gratuita, e ainda que também sejam necessárias para cobrir necessidades humanas, quando não passam pela valorização do mercado não são remuneradas.

Essas definições de trabalho reforçam todas as questões já elencadas a respeito do trabalho feminino não reconhecido. Portanto essa divisão de conceitos é essencial para compreendermos a importância de todas as atividades desempenhadas pelas mulheres, tanto no meio familiar quanto profissional,

---

<sup>2</sup> *Start*- aqui entendido como ponto de partida, impulso inicial.

evidenciando a relevância e necessidade de ambos.

Neves (2011), discute que houve sim um crescimento percentual da participação feminina no mercado de trabalho, porém não ocorreu uma nova divisão sexual do trabalho no âmbito familiar. Isso ocorre devido uma compreensão ainda hegemônica de que o trabalho reprodutivo é de responsabilidade exclusiva da mulher, porque são elas que têm a possibilidade natural de desempenhar esse trabalho.

Neste mesmo sentido Ávila (2011) traz um questionamento a respeito da maneira em que se é avaliado o valor do trabalho reprodutivo, dizendo que este deveria ser avaliado sob outros parâmetros que não os mercantis. Um dos parâmetros seria a importância do trabalho reprodutivo para a sustentação do trabalho produtivo [assalariado], isto é, para a sustentação da força de trabalho no mercado. A autora salienta que o trabalho reprodutivo não tem valor no mercado, porém o trabalho produtivo depende do reprodutivo para acontecer.

Podemos identificar que o trabalho reprodutivo é essencial para manutenção da vida de todos, proporcionando conforto e bem-estar. O fundamental é não deixar de buscar uma divisão igualitária e justa das atividades domésticas e de cuidados, pois se tudo isso fica a cargo apenas da figura feminina acaba sobrecarregando e por vezes interferindo na participação em outras atividades. Uma das justificativas das mulheres para não se inserir em grupos coletivos ou participar de atividades comunitárias é a grande carga de trabalho doméstico. Mesmo as que se desafiam a se inserir no mercado de trabalho, ou outras formas de trabalhos produtivos, como os coletivos e comunitários, acabam tendo uma dupla jornada de trabalho.

Essa questão ainda está em debate e na pauta de luta das mulheres. Apesar das diversas conquistas de direitos igualitários, falta ser rompido certas concepções de que há trabalho de homem e trabalho de mulher. Todos devem ter o direito de fazer o que quiser, mas os trabalhos domésticos e de cuidados devem deixar de ser considerados como responsabilidade exclusiva feminina. Pois, se libertando dessas concepções as mulheres terão mais tempo e mais incentivo para participar de atividades produtivas, seja estas coletivas ou individuais, o que ampliará as possibilidades de seu empoderamento. Esse é o tema da próxima seção.

## 2.4 EMPODERAMENTO E SUAS ABORDAGENS

Nesta seção aborda-se os conceitos de empoderamento, suas abordagens,

como se apresenta na vida das mulheres e sua importância no desenvolvimento feminino. Tema esse fundamental para este estudo.

A palavra “empoderamento” não existe no nosso dicionário da língua portuguesa. Sua formulação inicial – *empowerment* – vem de países de língua inglesa, sobretudo dos Estados Unidos da América (SIQUEIRA, 2014). Esse termo é um neologismo [palavra que já existia e ganha novo significado], como descreve Schefler (2013, p.83) a tradução do inglês para empoderamento “[...] significa que as pessoas possam adquirir o controle de suas vidas, a habilidade para fazer coisas e definir suas próprias agendas [...]”.

Sardenberg (2006), traz algumas abordagens a respeito do termo empoderamento e como adquire diferentes significados, dependendo da interpretação de quem o usa. A autora aponta que para algumas entidades governamentais, empoderamento é interpretado como sendo instrumento para o desenvolvimento. Já para as feministas o empoderamento representa a conquista da autonomia e da autodeterminação. Segundo Sardenberg (2006, p. 2) “[...] para nós [feministas] o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumir maior controle sobre nossos corpos, nossas vidas [...]”.

Schefler (2013) também discute essas diferentes interpretações do termo. Em sua primeira abordagem descreve que no Brasil, a partir da década de 1990, o termo empoderamento foi relacionado a temas de pobreza<sup>3</sup>. Em outra abordagem, Schefler (2013, p. 83), afirma que “[...] o conceito vem sendo orientado para a construção de sujeitos sociais e a conquista da cidadania [...]”, sendo que nesse sentido os indivíduos devem atuar em defesa de seus direitos e influenciar nas ações dos governos, buscando políticas públicas que os beneficiem. Sob outra perspectiva a autora aponta que as questões de gênero, nas políticas públicas, apresentam uma noção de empoderamento como sendo autonomia econômica da mulher. Nas políticas públicas que se referem a agricultura familiar, conforme aponta Schefler (2013, p. 83), “[...] o empoderamento da mulher rural se limita a criar condições de produção e renda para que esta contribua com a receita familiar [...]”.

A autora León (2013) traz a visão das feministas sobre o empoderamento, no

---

<sup>3</sup> Romano (2002, p. 9) ressalta que o uso do conceito e da abordagem de empoderamento relacionado a temas de pobreza coloca limites conceituais devido a generalização do termo, salienta ainda a necessidade de criar nossa abordagem de empoderamento, delimitar o uso do conceito, a partir da nossa experiência.

qual o termo é considerado como um caminho para satisfazer as necessidades de gênero, ou seja, abolir a divisão sexual do trabalho, bem como eliminação das formas institucionalizadas de discriminação. Traz também que quando os movimentos feministas falam de empoderamento, estão falando de poderes solidários, de poderes transformadores, poderes geradores e não poderes de dominação, exclusivos que levam a conflitos. Ressalta ainda que o acesso a propriedade rural, tem sido apontado como elemento fundamental nesse processo, destacando que as mulheres já percorreram um longo caminho, porém, tudo que já foi alcançado e eliminado foram apenas uma iniciação no processo de construção de uma sociedade com equidade de gênero.

Romano (2002) acrescenta que nos anos 1990 os atores<sup>4</sup> do desenvolvimento se apropriaram do conceito, virando moda na época. Isso acabou tirando o significado da proposta original do termo e passando a ser interpretado como forma de legitimação de práticas diversas, sendo usado como instrumento para que esses atores continuassem fazendo o que faziam antes. Mais adiante, o mesmo autor alega que esses atores buscam reduzir os efeitos do verdadeiro significado de empoderamento, procurando eliminar seu caráter de fermento social. Romano (2002, p.11) destaca ainda que “[...] a abordagem de empoderamento não pode ser neutra nem ter aversão aos conflitos e a seus desdobramentos [...] bem como ter o papel de contágio e não de assepsia, afirmando que [...] é o fermento social: está mais para inovação criativa que para evolução controlada”.

Todas essas definições de empoderamento nos remetem a compreensão de que este termo abrange diversas áreas ou campos, os quais devem ser alcançados pelas mulheres, através de um processo gradativo e contínuo. O termo empoderamento contempla questões do estado físico, psicológico, social e econômico das mulheres. Todos esses estados são considerados simultaneamente, onde um leva ao outro, ou seja, são barreiras e conceitos que vão sendo rompidos ou superados em um mesmo espaço de tempo, ao passo que a mulher vence uma barreira/concepção psicológica por exemplo, ela melhora física e socialmente. As autoras também nos mostram o empoderamento na interpretação feminista e na interpretação de entidades e de órgãos governamentais.

Dentro dessas divergências conceituais há uma divisão do empoderamento

---

<sup>4</sup> O autor cita como sendo esses atores os bancos, agências, governos e ONGs.

em individual e coletivo. Sardenberg (2006) evidencia que para as feministas o empoderamento abrange o coletivo e o individual, enquanto que nos discursos relacionados ao desenvolvimento o termo tem caráter individual. Mais adiante, a própria autora, diz que mesmo dentro do feminismo existem divergências a respeito do empoderamento, mas que há também consensos e para descreve-los usa como referência Sarah Mosedale.

Mosedale (2005 apud SARDENBERG, 2006), descreve que primeiro é necessário o desempoderamento para posteriormente o indivíduo se empoderar, acrescenta que ninguém empodera outrem e que o empoderamento é um processo, não apenas um simples produto. A autora segue apontando consensos a respeito do termo, porém aqui ressaltou-se apenas estes três, considerados os mais relevantes para esta pesquisa. Neste sentido Romano (2002, p.12) complementa dizendo que “[...] os agentes de mudanças externos podem ser necessários como catalizadores iniciais, mas o impulso do processo se explica pela extensão e a rapidez com que as pessoas e suas organizações mudam a si mesmas [...]”, ou seja, o empoderamento ocorre pela ação do próprio indivíduo, o que pode ser impulsionado por algo externo, mas que depende de si próprio para acontecer. Costa (2000, p.7) reforça essa ideia ao afirmar que “[...] as mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais [...]”.

Perante as divergências e consensos, algo fica claro, este termo é recente nos debates e há muito o que se discutir, estudar e buscar para chegar a formulação de um conceito que abranja toda essas dimensões que o “empoderamento” vem adquirindo ao longo do processo. E quando referido as mulheres, o campo de abrangência do termo se torna ainda maior. Neste sentido, Sardenberg (2006, p.6) descreve três objetivos do empoderamento de mulheres:

(1) seria questionar a ideologia patriarcal; (2) seria transformar as estruturas e instituições que reforçam e perturbam a discriminação de gênero as desigualdades sociais; e (3) criar as condições para que as mulheres pobres possam ter acesso – e controle sobre – recursos materiais e informacionais.

Ainda na perspectiva de compreender o que significa o empoderamento, Kabeer que entende o empoderamento como sendo “[...] o processo através do qual se expandem os limites de se fazer escolhas estratégicas, num contexto no qual isso era antes impossível/proibido/negado [...]”. (KABEER, 1999 apud SARDENBERG, 2006, p. 7).

Para León (2001), o empoderamento acontece de maneira diferente para cada indivíduo ou grupo, pois cada um está inserido em um contexto, sua história e relações familiar, comunitária e regional terão influências no processo. A autora, discute ainda que o empoderamento das mulheres significa um empoderamento dos homens, onde estes consigam mudar aquelas concepções de dominação e superioridade sobre o sexo feminino e principalmente mudar os comportamentos e relações intrafamiliares.

Esta visão de León (2001) nos remete a uma reflexão sobre o papel do homem no empoderamento feminino, de que maneira pode influenciar no processo e até mesmo auxiliar, pois as relações familiares fazem parte do empoderamento. O apoio familiar é fundamental para que as mulheres se encorajem a buscar novos caminhos. A autora aponta muito bem essa questão, quando trata do empoderamento emocional e psicológico do homem, o que fará com que ele avance e remova de si o que foi impregnado durante o tempo. Na vertente feminista, o ideal é o empoderamento coletivo, no caso “coletivo” pode ser interpretado como sendo um grupo de mulheres, ou até mesmo o grupo familiar, onde mulher e homem mudem seus comportamentos e suas concepções, principalmente a respeito da divisão sexual do trabalho, desconstruindo a concepção de que existe trabalho masculino e trabalho feminino.

Percebesse que o empoderamento engloba desde questões emocionais e psicológicas, até as questões financeiras das mulheres. Suas formas de interpretações, estão ligadas a essas questões e percebe-se que quando se trata dos discursos de desenvolvimento, o foco é proporcionar condições de renda para as mulheres, criando políticas de créditos específicas e facilitando o acesso a esses auxílios. Claro que a renda é necessária para suprir diversas necessidades, mas as questões emocionais e psicológicas são fundamentais no processo, pois estas são como um motor que impulsiona as mulheres para outras discussões que podem ser transformadoras em suas vidas.

A satisfação financeira proporciona o bem-estar pessoal/individual, mas consorciado com outras realizações essas mulheres tornam-se agentes de mudanças. Como bem afirma Cornwall (2013, p. 8) “[...] quando as mulheres reconhecem o seu “poder de dentro” e agem junto a outras mulheres para exercitar seu “poder com”, elas conquistam o “poder para” atuarem como agentes de mudanças [...]”.

Lorio (2002, p. 23) esclarece e diferencia esses vários tipos de exercício do poder:

*O poder sobre* como controle que pode ser respondido com resistência ou aceitação. *O poder para* como um poder generativo ou produtivo que cria possibilidades e ações sem dominação. *O poder com* que envolve um sentido de que o todo é maior do que a soma das partes, especialmente quando um grupo enfrenta os problemas de maneira conjunta. [...] *o poder de dentro*, que é a força espiritual que reside em cada um de nós e que nos faz humanos [...] e pode permitir que uma pessoa mantenha uma posição ainda que a grande maioria possa estar contra.

Cornwall (2013) discute ainda sobre o sentido de “poder” no “empoderamento” dizendo que antes esse poder era o foco dos debates feministas, porém foi perdendo espaço na medida em que agências de desenvolvimento foram se apropriando do termo e dando outro significado e, nessa nova narrativa, o “poder” se tornou uma mercadoria, segundo a autora. Ressalta ainda que essa interpretação, em muitos lugares, tornou o empoderamento sinônimo de algo que proporcione renda as mulheres, como oferecer empréstimos e desta maneira, se faz confundir poder com dinheiro.

Nesta linha de pensamento, observamos a forma simplificada que estas agências buscam para amenizar as discussões a respeito da igualdade de gênero e de direito das mulheres, sendo assim basta apenas criar projetos ou políticas de incentivo financeiro e estará tudo resolvido. Mas o empoderamento é muito mais amplo, não se resume em renda.

Na mesma perspectiva, Lorio (2002) busca através de duas concepções de poder delimitar o conceito e a abordagem de empoderamento. Em sua primeira concepção o poder é visto como uma capacidade do indivíduo de controlar algo ou alguém. Em sua segunda concepção o poder é algo relacional, se considera as relações sociais entre as pessoas que possuem uma certa liberdade e que esse poder só existe quando os indivíduos o usam.

Costa (2000) considera que as pequenas parcelas de poder alcançadas pelas mulheres ainda assim são desiguais aos poderes masculinos, pois segundo a autora a sociedade através de seus instrumentos (cultura, crenças, tradições, leis, educação, divisão sexual e social do trabalho) criou o sujeito masculino e o feminino, estando envolvidos em relações de domínio e subjugação, na qual a mulher sempre está na condição de subalternidade. Para Costa (2000), superar essas desigualdades de gênero é um dos primeiros passos para o desenvolvimento da

mulher.

Acredita-se que o empoderamento das mulheres é sim importante para o desenvolvimento social, pois as mulheres também fazem parte da sociedade, no entanto a renda é apenas uma parte desse processo. No intuito de promover o empoderamento, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) trabalha no desenvolvendo de políticas favoráveis e específicas para as mulheres. Daller (2010, p. 5) cita as seguintes: “[...] Igualdade e Respeito à Diversidade; Equidade; Autonomia das Mulheres; Laicidade do Estado; Universalidade das Políticas; Justiça Social; Transparência dos Atos Públicos; Participação e Controle Social [...]”. Segundo a autora esses princípios orientaram o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)<sup>5</sup>. As políticas públicas voltadas as pautas das mulheres foram resultado da luta de todas e são essenciais também no desenvolvimento social.

Romano (2002, p. 17) critica essa tecnicização do termo empoderamento, dizendo que algumas políticas e projetos vieram para solucionar o problema de sua difusão e mais, que dessa forma o empoderamento passou a ser ensinado em salas de aula através de cursos, sendo uma visão reducionista do termo. Para o autor, o empoderamento é entendido como

Uma abordagem que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento; um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.

A visão de empoderamento dentro de movimentos feministas, que seguem de certa forma linhas de pensamento semelhantes à de Romano, nos é apresentada por Lorio (2002, p. 24). Conforme essa autora, para o WID (*Women In Development* - Mulheres do desenvolvimento) o empoderamento é como “[...] um meio que deve levar as mulheres às posições de poder, revertendo em benefícios sociais, econômicos e políticos para as mulheres [...]”. Para o GAD (Movimento Gênero e Desenvolvimento), segundo a mesma autora, a perspectiva de empoderamento “[...] está vinculada a processos de mudança mais amplos, uma vez que entende que a

---

<sup>5</sup> Com base nos resultados da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, no Plano Plurianual 2008- 2011 e na Agenda Social do governo, e sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 18 órgãos da administração pública federal (MEC, MJ, MS, MCid, MDA, MDS, MPOG, MTE, MME, MinC, MMA, Seppir, SEDH, Casa Civil, Secretaria Geral, Secom, Funai e Ipea), em parceria com representantes de mecanismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, elaboraram este II PNPM, que conta com 94 metas, 56 prioridades e 388 ações distribuídas em 11 grandes áreas de atuação. (BRASIL, 2008).

mudança na situação subordinada das mulheres está vinculada a contextos mais amplos e requer mudanças econômicas, políticas e culturais [...]”.

Batliwala (1997), considera o empoderamento como individual e coletivo, onde os envolvidos questionam as relações de poder em que estão inseridos. Para a autora o empoderamento desses indivíduos vai começar quando eles identificarem as forças opressoras e começarem a se mobilizar, protestar e questionar a situação, buscando mudar essas relações. Portanto, a autora considera o empoderamento um processo de transformação das estruturas de subordinação.

Temos ainda Stromquist (1997), que divide o empoderamento em quatro dimensões, sendo estas a cognitiva, psicológica, política e econômica. Para a autora todas essas dimensões são igualmente importantes e se conectam umas às outras. Define ainda cada uma delas, sendo: cognitiva a dimensão da visão crítica da realidade; psicológica a dimensão que engloba o sentimento de autoestima; política sendo a consciência das desigualdades e a capacidade de se organizar e se mobilizar; a dimensão econômica contempla a capacidade do indivíduo de gerar renda independente.

De forma mais específica, segundo Stronquist (1997), o sentido de cada dimensão pode ser assim enunciado:

- Cognitiva: essa dimensão envolve a capacidade do indivíduo de compreender as condições de subordinação e suas origens/causas, bem como tomar decisões que poder ir contra as expectativas culturais. Contempla ainda a aquisição de novos conhecimentos sobre as relações de gênero, sobre a sexualidade, sobre os direitos iguais, conhecer seus direitos legais e cobrar sua implementação. Entender as relações conjugais e como elas podem ser formas de dominação masculina na relação;

- Psicológica: essa dimensão inclui o desenvolvimento de sentimentos que podem melhorar sua condição, acreditar que podem ter sucesso em seus esforços para mudanças. O desenvolvimento da autoconfiança e da autoestima que ocorre quando assumem compromissos no planejamento e implantação de projetos. Essa dimensão é importante mas precisa ser reforçada com recursos econômicos, pois a dependência econômica gera subordinação e mesmo que os trabalhos fora de casa possam gerar um duplo fardo, também podem significar uma independência em vários níveis;

- Econômica: essa dimensão, no empoderamento, exige das mulheres um

comprometimento com atividades produtivas que lhes proporcione algum grau de autonomia financeira;

- Política: essa dimensão compreende a capacidade do indivíduo de analisar o ambiente social em que está inserido, significa também a capacidade de se organizar e se mobilizar, desenvolver a consciência individual e a ação coletiva.

Stromquist (1997), destaca ainda que um dos pré-requisitos para o empoderamento é sair de casa e participar de alguma forma de trabalho coletivo, apontando também que o empoderamento se realiza através de fases, as quais a autora expressa em forma de diagrama:

Diagrama 1- Cadeia teórica de eventos no processo de empoderamento.



Fonte: Stromquist, 1997, tradução nossa.

Até o momento, todas as autoras mostraram pontos de vista com semelhanças e divergências a respeito do conceito de empoderamento. O entendimento do termo ainda gera muito conflito de interpretação, sua compreensão e apropriação depende do interesse do indivíduo ou grupo que o utiliza, tendo influência do contexto em que está inserido. Diante dessas exposições observa-se que há basicamente duas perspectivas do empoderamento, uma no viés de desenvolvimento e outra no viés feminista.

Resumidamente, o empoderamento na perspectiva do desenvolvimento é visto como instrumento para levar as mulheres ao tal desenvolvimento, tendo um aporte mais econômico e visando mais os aspectos individuais. Já para o feminismo, o empoderamento das mulheres visa basicamente a mudança na estrutura social, proporcionando igualdade entre homem e mulher e desconstruindo os conceitos de

uma sociedade machista e patriarcal, libertando as mulheres da dominação masculina e, nessa perspectiva, é visado o empoderamento em todos os níveis, do individual ao coletivo.

Diante desse aporte de conceitos, interpretações e exposições a respeito do empoderamento feminino aponta-se de maneira sucinta o entendimento que o termo terá neste estudo, ou seja, como se concebe o empoderamento das mulheres. O empoderamento será interpretado, principalmente, com base nas quatro dimensões propostas por Stromquist (1997), considerando também a visão das outras autoras citadas acima: Scheffler, Sardenberg, León, Romano, Costa, Mosedale, Kabeer, Cornwall, Lorio e Batliwala. Desta maneira o empoderamento neste estudo significa: ter autonomia sobre seu próprio corpo, sua sexualidade, seu direito de ir e vir; repulsão ao abuso físico e as violações; definir suas agendas, seus assuntos, capacidade de gestão, de tomada de decisão; questionar as ideologias patriarcais; conquista da autonomia econômica; ser protagonistas de suas vidas, se sentir autoconfiantes, ter bem estar, autoconfiança, buscar mudanças nas situações de subordinação, nas relações familiares e sociais, mudanças econômicas, políticas e culturais e desenvolver o pensamento crítico, questionar, se mobilizar, se organizar, buscar qualificação, estudo e formação.

Após a construção de uma base teórica sobre os temas pesquisados, empoderamento e autonomia econômica, no capítulo que segue será abordado o contexto do local de estudo.

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

Afim de fornecer maiores informações sobre o local de estudo, será descrito a seguir alguns tópicos relevantes para melhor compreensão do trabalho.

#### 3.1 MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO

Nesta seção estará descrito um breve histórico do município de Anastácio. O qual se localiza na região centro-oeste de Mato Grosso do Sul, em seus limites encontra-se os municípios de Aquidauana, Bonito, Dois Irmãos do Buriti, Miranda, Maracaju e Nioaque.

Esse município foi oficialmente criado pela Lei nº 1164 de 20 de novembro de 1958, sendo emancipado do município de Aquidauana. O surgimento de Anastácio está ligado ao porto de carga e descarga de mercadorias, que provinham de Miranda com destino a Aquidauana, sendo o primeiro núcleo de desenvolvimento aquidauanense. Aquidauana era um importante centro de abastecimento da região sul do Estado e a única ligação era através de transporte fluvial. Somente em 1911, surgiu os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e partindo daí, começou o movimento para emancipação do município de Anastácio. A divisão territorial dos municípios foi datada em 31 de dezembro de 1963. (PREFEITURA DE ANASTÁCIO, 2018).

O município de Anastácio apresenta área de 2.949,10 km<sup>2</sup> com população total estimada de 24.748 habitantes, tendo densidade populacional de 8,39 pessoas/km<sup>2</sup>, frente a 7,36 pessoas/km<sup>2</sup> no estado de MS. (IBGE, 2015). Encontra-se a uma distância de 150 km da capital do estado, Campo Grande. Segundo dados do IBGE 73,4% da área do município é destinada a pastagens, que abrigam 283.726 cabeças de bovinos, já outras culturas ocupam menor espaço. Seu Produto Interno Bruto (PIB) atingiu R\$ 243.488.000,00 em 2013. (SEBRAE, 2015).

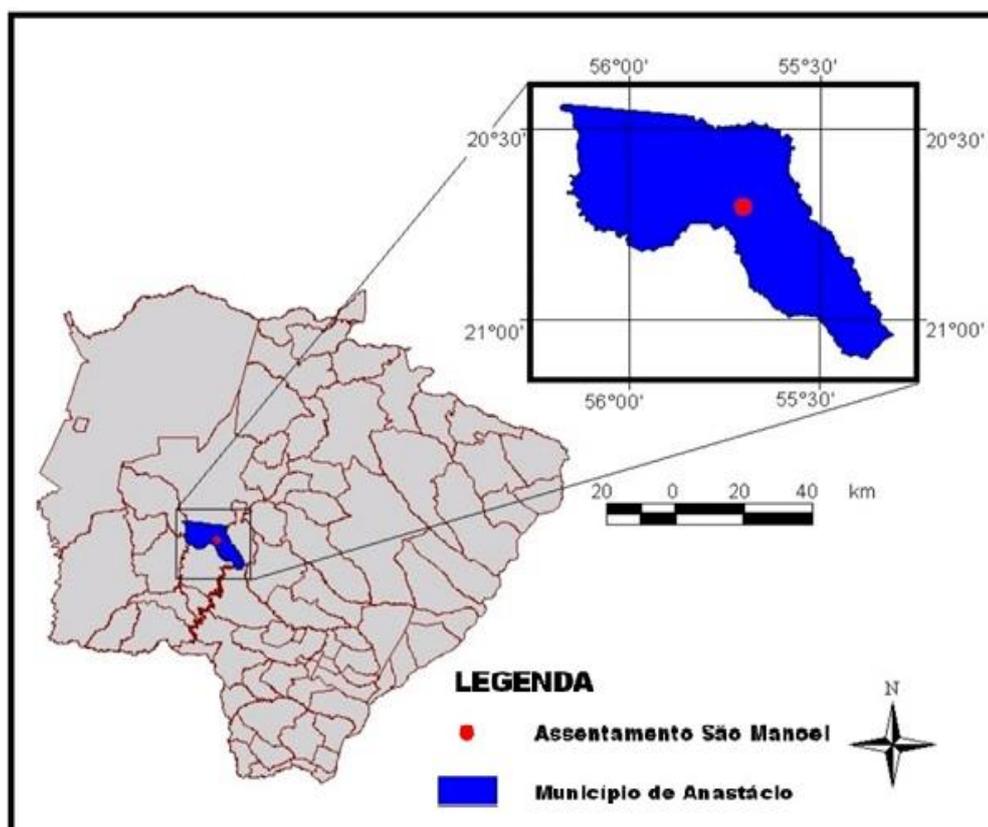
Nesta região, a atividade econômica predominante ainda se mantém com a criação de gado de corte, em sistema extensivo, devido à grande quantidade de fazendas no município. No assentamento São Manoel não é diferente, pois a grande maioria das famílias trabalham com criação de gado para corte e leite como principal fonte de renda. No assentamento também se produz um pouco de hortaliças, frutas e cultivos para o consumo familiar, sobretudo mandioca, feijão, abóbora, amendoim e milho.

Segundo Echeverria (2008, apud FERREIRA; DRESCH; AYACH, 2016), o Assentamento São Manoel encontra-se a 35 km da sede do município de Anastácio, que está inserido na região fisiográfica Pantanal Sul-Mato-Grossense. Em seus limites constam os córregos Criminoso, Rolador e Barreiro Vermelho, que pertencem à bacia hidrográfica do Rio Taquaruçu que abastece a cidade de Anastácio. O processo histórico de sua formação será abordado na seção a seguir.

### 3.2 HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO SÃO MANOEL

Nesta seção será abordado a história de formação do assentamento, no qual foi realizado a presente pesquisa. O Assentamento São Manoel (Mapa 1) é fruto da luta de movimentos sociais, sindicatos e comissões, que juntos ao INCRA conquistaram a posse da fazenda São Manoel para distribuir entre famílias sem-terra.

Mapa 1- Localização do Assentamento São Manoel no Município de Anastácio, Mato Grosso do Sul.



Fonte: Bambil (2007, p. 68).

Segundo Leite et. al. (2004), para ocorrer uma desapropriação e se implantar projetos de assentamentos de famílias, era necessário muita pressão e luta por parte dos sindicatos e entidades de apoio aos trabalhadores rurais, e que o governo

sempre reprimiu as grandes mobilizações. Como tentativa de reduzir os conflitos sociais no campo, o governo em 1985 inscreveu a reforma agrária como uma das suas prioridades, formulando o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

No município de Anastácio, a intervenção do Estado ocorre na fazenda São Manoel, de propriedade da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), através da solicitação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para inclusão da área no 1º Plano Regional de Reforma Agrária (PNRA), pois a referida área servia unicamente para extração de madeiras para travessas, assim como a presença de uma carvoaria local. (FERREIRA; DRESCH; AYACH, 2016).

Segundo Lemos (2009), a ocupação da fazenda São Manoel ocorreu no dia 27 de outubro de 1989, sendo realizada por 181 famílias, assim distribuídas: 57 de Dois Irmãos do Buriti - MS; 28 de Bonito - MS; 43 de agregados do Assentamento Guaicurus, do município de Bonito - MS; 39 excedentes do Assentamento Padroeira do Brasil e 14 do Assentamento Conceição, ambos do município de Nioaque - MS.

Durante a ocupação foram feitas inúmeras reivindicações e, finalmente, em 26 de fevereiro de 1993, ocorre a legalização da área, quando foram demarcados os lotes através da Resolução nº 28 do Conselho Deliberativo do INCRA. Não houve sorteio como de costume, as famílias dividiram-se em grupos e foram escolhidos os lotes de interesse de cada um dos acampados. A área de 4.327 km foi dividida em 147 lotes e uma área comunitária, dos quais 34 foram destinados a Agrovila. (LEMOS, 2009). Atualmente 150 famílias vivem no assentamento, 147 nos lotes e 3 na área comunitária, estando localizados no Bioma Cerrado, que será caracterizado na seção seguinte.

### 3.3 BIOMA CERRADO

Nesta seção será abordado as características do bioma Cerrado, com intuito de destacar algumas potencialidades produtivas do local de estudo.

De acordo com Ribeiro e Walter (1998, 2006), o Cerrado ocupa uma área de aproximadamente 2 milhões de km<sup>2</sup>, sendo considerado o segundo maior bioma brasileiro, ocupando 23% de sua área e abrangendo os estados de Goiás, Tocantins, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia, Piauí e São Paulo, com pequenas ocorrências em outros estados. Segundo esses autores boa parte do bioma Cerrado encontra-se ocupado por

pastagens cultivadas, cerca de 17% de seu total. O bioma abriga mais de 11.000 espécies vegetais e dessas 4.400 são endêmicas, abrigando também as nascentes das principais das bacias Amazônica, da Prata e do São Francisco, sendo considerado por isso a savana mais rica do mundo. (MMA, 2011 apud SANTOS; NOVAK, 2013).

Seus solos são na maioria profundos, de baixa fertilidade, ácidos, com relevos planos e suavemente ondulados, com predominância dos latossolos. O seu clima se caracteriza por invernos secos e verões chuvosos, com precipitação média de 1500 mm/ano. Suas temperaturas variam de 18° C no período mais frio a 40° C no período mais quente do ano. Sua vegetação foi classificada de modo geral em três grandes grupos: campo, savana e floresta. Nessa classificação são considerados o tipo de vegetação [flora e ambiente] e a forma da vegetação [fisionomia – estrutura, crescimento, mudanças estacionais e predominância] e dentro desses grupos existem subclassificações, sendo: formações florestais (mata ciliar, mata de galeria, mata seca e cerradão); savânicas (cerrado sentido restrito, parque de cerrado, palmeiral e vereda); e campestres (campo sujo, campo rupestre e campo limpo). (RIBEIRO; WALTER, 2006).

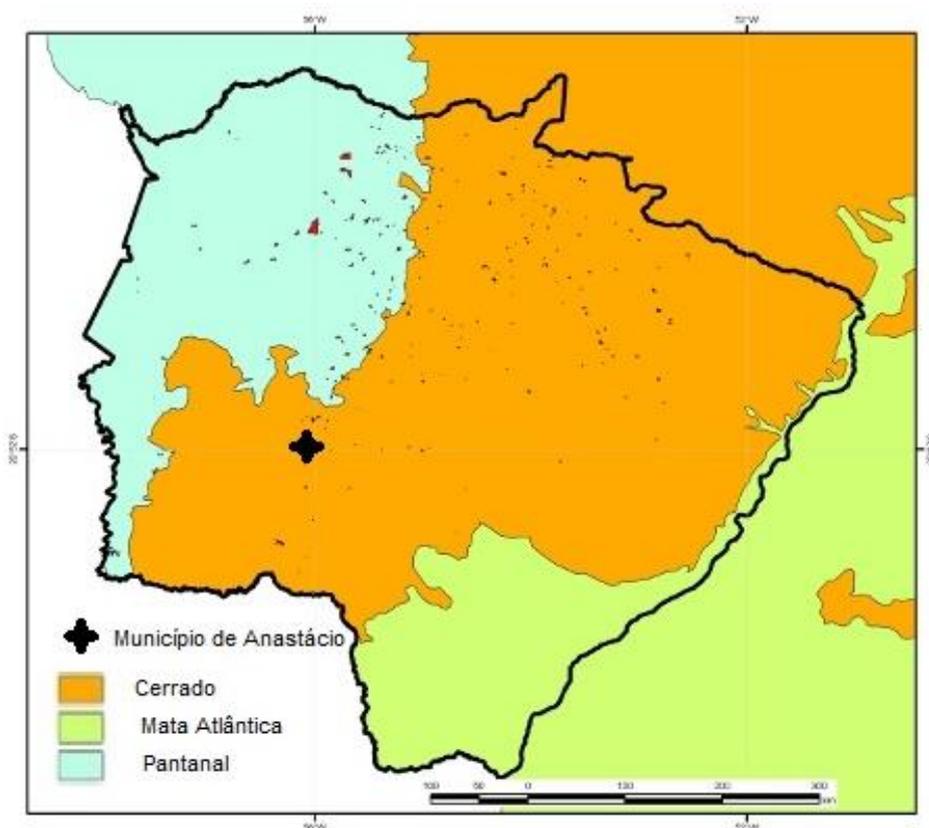
**Mata Ciliar:** é a vegetação florestal que acompanha os rios de médio e grande porte, sendo relativamente estreita e ocupa ambas as margens; **Mata de Galeria:** é a vegetação florestal que acompanha os rios de pequeno porte e córregos, se divide em não-inundável e inundável; **Mata Seca:** ocorre nos interflúvios em solos mais ricos em nutrientes, queda das folhas no período de seca, se divide em sempre-verde, semidecídua e decídua; **Cerradão:** ocorre geralmente em solos profundos, bem drenados e baixa fertilidade, sua mata é rala e fraca, se divide em cerradão distrófico e cerradão mesotrófico; **Cerrado Sentido Restrito:** presença de árvores baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas, geralmente com evidencia de queimadas, se divide em denso, típico, ralo e rupestre; **Parque de Cerrado:** caracterizada pela presença de árvores agrupadas em pequenas elevações do terreno; **Palmeiral:** caracterizada pela presença de uma única espécie de palmeira arbórea, praticamente não existe árvores dicotiledôneas; **Vereda:** presença de palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* em meio a agrupamentos mais ou menos densos de espécies arbustivo-herbáceas; **Campo Sujo:** exclusivamente herbáceo-arbustivo, com arbustos e subarbustos esparsos, se divide em seco, úmido e com murundus; **Campo Rupestre:** predominância de herbáceo-

arbustivo, com presença eventual de arvoretas pouco desenvolvidas de até dois metros de altura; **Campo Limpo**: predomínio de herbáceas, com raros arbustos e ausência completa de árvores, mais frequente em encostas, chapadas e nos olhos d'água. (RIBEIRO; WALTER, 2006).

Dentre todas essas classificações dentro do Cerrado se tem espécies que caracterizam esse bioma de um modo geral, como exemplo temos: angico, peroba, ingá, aroeira, ipê, jequitibá, pata-de-vaca, cedro, maria-mole, canela-amarela, araribá, pequi, copaíba, faveiro, sucupira, coco-do-campo, gabioba, cumbaru, arnica, buriti, entre outras centenas de espécies. (RIBEIRO; WALTER, 2006).

Conforme mostra o Mapa 2, o estado de Mato Grosso do Sul abriga três biomas e o município de Anastácio localiza-se na região fisiografia Pantanal Sul-mato-grossense, porém há fortes influencias do bioma Cerrado na paisagem. No Assentamento São Manoel é predominante a vegetação do bioma Cerrado, conservado em pequenas áreas nas propriedades e nas reservas, onde pode ser encontrado diversas espécies características do bioma. (FERREIRA; DRESCH; AYACH, 2016).

Mapa 2 - Localização dos biomas no estado de Mato Grosso do Sul.



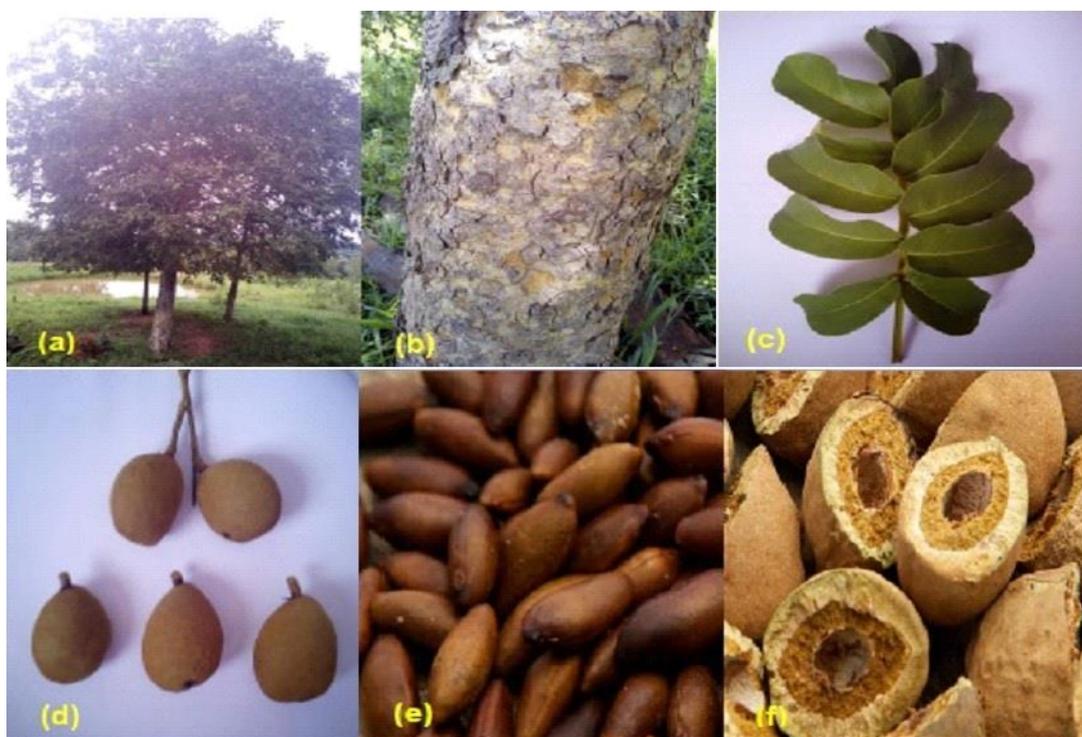
Fonte: Adaptado de IBAMA (2010).

Tendo recursos do bioma Cerrado disponíveis no assentamento, um grupo de mulheres vislumbrou isso como uma oportunidade de desenvolver atividades geradoras de renda, como o beneficiamento de frutos típicos desse bioma para posterior comercialização. O principal fruto beneficiado por este grupo é o cumbaru, o qual será descrito com maiores detalhes na seção seguinte.

### 3.4 CUMBARU: *DIPTERYX ALATA* VOG.

O cumbaru (Imagem 1) é uma das muitas espécies nativas do bioma Cerrado e tem diversos usos, como: alimentar, forrageiro, madeireiro, medicinal, industrial, paisagístico e recuperador de áreas degradadas. É uma planta de alto valor nutricional e alta produtividade. Sua colheita se dá através do extrativismo, sendo uma das mais usadas pela população local como fonte de renda, devido a seus múltiplos usos. O cumbaru pertence à família das leguminosas, mais encontrada em solos areno-argilosos bem drenados. Sua altura média é de 15 m, mas pode atingir 25 m de altura em solos férteis, possuindo de 6 a 11 m de diâmetro de copa. Seu tronco é de cor cinza-claro e apresenta cor creme na queda de suas placas descascantes. (SANO; RIBEIRO; BRITO, 2004).

Imagem 1 - Planta de cumbaru e seu fruto.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Nota: Em (a) temos a planta em ambiente natural, em (b) o tronco, em (c) as folhas, em (d) o fruto, em (e) a amêndoa e em (f) mesocarpo e endocarpo.

De modo geral, as árvores crescem próximas umas das outras, sendo plantas de polinização cruzada. Sua inflorescência forma-se na parte terminal dos ramos e nas axilas das folhas superiores, possuindo de 200 até 1000 pequenas flores, que medem cerca de um centímetro cada, com ovário de apenas um óvulo, sendo hermafroditas. O fruto é do tipo dupla, apresentando formato ovóide, alongado ou arredondado, achatado, de cor marrom e bastante variado de forma e tamanho, tendo endocarpo lenhoso e mesocarpo fibroso. O número de folíolos varia entre 7 e 12, sendo alternos e seu pecíolo de até 3 mm de comprimento. O limbo tem de 4 a 13 cm de comprimento e 2 a 6,5 cm de largura. (SANO; RIBEIRO; BRITO, 2004; BAMBIL, 2011).

Suas folhas caem uma vez por ano, no fim da estação seca [agosto e setembro], florescendo entre novembro e fevereiro. A formação dos frutos ocorre entre dezembro e julho, com maturação e queda dos frutos do final de julho a outubro. Uma planta pode chegar a uma produção de 5000 frutos e a frutificação inicia-se por volta dos cinco anos. Sua propagação se dá pelo fruto inteiro, que leva de 40 a 60 dias para germinar, ou pela semente isolada, que germina a partir de 13 dias. (SANO; RIBEIRO; BRITO, 2004; BAMBIL, 2011).

Os frutos possuem um alto valor nutricional, são fontes de carboidratos, proteínas e óleo, sendo similar ao óleo de oliva. Na amêndoa o valor energético varia entre 476 a 560 kcal/100g. Possui também alto teor de macro e micronutrientes como magnésio, fósforo, ferro, zinco, cobre, potássio e manganês. Podemos observar a composição da polpa e da semente na Tabela 1.

Tabela 1 - Composição centesimal aproximada (base seca) da polpa e da semente de baru.

Componente	Polpa (%)	Semente (amêndoa) (%)
Proteína (%N x 6,25)	5,59	29,6
Lipídios neutros	3,4	40,2
Cinzas	2,99	2,83
Fibra total	29,5	19,0
Solúvel	1,30	4,9
Insolúvel	28,2	14,1
Açúcares totais	20,4	7,3
Amido	38,0	0,99

Fonte: TOGASHI; SCARBIERI, 1994 apud SANO; RIBEIRO; BRITO, 2004.

Além da utilização de suas amêndoas, podem ser aproveitadas ainda sua madeira e seu endocarpo para fabricação de carvão. Tem ótimo rendimento em

sistemas agropastoril, suas folhas possuem muito nitrogênio e cálcio, que auxiliam a manutenção da matéria orgânica do solo. Seu nome popular pode variar de acordo com a região, podendo ser conhecido como baru, cumbaru, cumaru, castanha-de-burro, castanha-de-ferro, coco-feijão, cumaru-de-folha-grande, cumaruana, cumaru-roxo, cumaru-verdadeiro, cumbaru, emburena-brava, feijão-coco, fruta-de-macaco, meriparágê, pau-cumaru e *tonka beans* [no exterior]. (SANO; RIBEIRO; BRITO, 2004).

Sendo um fruto carnosos e que amadurece num período de pouca oferta de alimento, se torna uma opção para diversos animais. Estes são disseminadores da semente, sendo os mais conhecidos o morcego, cutia, anta, macaco, araras, veado, bovinos e pequenos insetos como as formigas, os cupins e besouros. Na época de floração suas flores são visitadas por diversas abelhas. Foi observando essa diversidade de usos para o cumbaru, que o grupo das mulheres percebeu suas potencialidades, considerando também que a oferta do fruto na região é muito grande. Este é o tema da próxima seção.

### 3.5 HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO ATUAL DO GRUPO BARU

Nesta seção será abordado o histórico de formação do Grupo Baru e a composição desse coletivo de mulheres.

A entrevista com um dos agrônomos integrantes da equipe técnica da AGRAER, que participou do desenvolvimento e implantação do projeto do grupo Baru, sintetiza elementos importantes da história do Grupo Baru:

O aproveitamento comercial do baru, em MS, teve início com um grupo de extrativistas do assentamento Andalúcia, município de Nioaque. O sucesso daquele grupo influenciou os assentamentos vizinhos. Por volta de 2007, alguns agricultores/as do assentamento São Manoel coletaram baru, visando a comercialização da amêndoa. A maior parte desse material foi perdido, devido à falta de estrutura mínima de armazenamento e beneficiamento. A partir dessa constatação, a AGRAER, realizou um levantamento para identificar os agricultores/as que haviam se envolvido na ação de coleta. Após o levantamento, foi então apresentada a proposta de elaboração de um projeto participativo de aproveitamento do baru em São Manoel. O projeto foi elaborado e enviado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/FNDCTA/Ação Transversal, nº 24/2008. Tendo por objetivo o desenvolvimento de uma tecnologia, que permitisse a retirada da polpa e extração da amêndoa, através do aperfeiçoamento de equipamentos de fácil aquisição pelos/as extrativistas. Uma vez aprovado, o projeto foi executado de forma participativa, entre os anos de 2009 e 2011. (Entrevistado técnico da AGRAER, 2017).

Segundo relato das agricultoras entrevistadas, entre 2009 e 2011: o

agrônomo foi o responsável técnico que desenvolveu a pesquisa a campo com os agricultores durante dois anos. Ele foi ao assentamento São Manoel, convidou as famílias e reuniu 19 pessoas inicialmente, entre homens e mulheres. Utilizaram inicialmente o espaço da escola do assentamento para realização das reuniões, em que foi feita uma dinâmica de integração entre as pessoas divididas em grupos. Os grupos receberam tesoura, cola, palitos de sorvete, barbante, cartolina e papel sulfite, sendo orientados a fazer algo relacionado a comunidade, com intuito de fazer os membros interagirem, cooperarem, usarem a criatividade e o raciocínio.

Durante os dois anos da pesquisa, foram realizadas diversas reuniões, oficinas e até uma viagem para o Mato Grosso, para conhecer outro grupo que já trabalhava com o cumbaru. Para que o projeto fosse até o fim todos deveriam comparecer, caso faltasse mais de duas reuniões seguidas o integrante era cortado do projeto. Segundo relato das agricultoras entrevistadas, muitos não acreditavam no sucesso do projeto, sendo assim muitos desistiram, outros foram tirados por não participar e o grupo se reduziu para 11 participantes. Esse grupo inicial não se denominava Grupo Baru, era apenas um projeto de pesquisa desenvolvido pela AGRAER.

Durante os 2 anos da pesquisa, os agricultores colhiam o baru e faziam a pesagem, despolvavam o fruto, quebravam e beneficiavam a amêndoa. No decorrer da pesquisa, desenvolveram os equipamentos adaptados para o trabalho. Foram avaliados diversos itens na pesquisa, como a produção da árvore de cumbaru, o desempenho dos membros do grupo, a relação tempo/produção, a composição nutricional do fruto, entre outros.

Como parte da pesquisa, os membros desenvolveram todas as etapas da produção (Imagem 2). Para iniciar o beneficiamento do fruto é necessário realizar a colheita, que exige alguns cuidados, como a postura adequada na coleta e o uso do EPI (Equipamento de proteção individual), nesse caso luvas, chapéu e calçado fechado. O primeiro passo para o beneficiamento é despolar o fruto. Para isso, foi desenvolvido uma adaptação em uma betoneira de capacidade de 400 L, o seu interior foi revestido com uma chapa galvanizada nº 26 perfurada em forma de ralador. (BAMBIL, 2011).

Imagem 2 - Processos do beneficiamento da amêndoa de cumbaru.



Fonte: Maria Lucia, 2015-2017.

Na entrada da betoneira foi colocado uma grade, para que os frutos não saiam durante o movimento da máquina. O despulpamento é realizado com auxílio de água. Posteriormente é levado para secar sobre tela suspensa durante dois dias. Após a retirada da polpa e secagem os frutos são quebrados com auxílio de um quebrador manual de cumbaru, a capacidade depende da habilidade do operador. Por último, é realizado a separação das amêndoas da casca, que pode ser em peneira com malha, tambor giratório ou manualmente. (BAMBIL, 2011).

Para o desenvolvimento das etapas da produção, foi construído uma estrutura na área comunitária do assentamento, próximo a escola e ao posto de saúde, sendo esta estrutura inicialmente utilizada como depósito para os frutos colhidos. No ano de 2011 se encerrou a pesquisa coordenada pelo representante técnico da AGRAER e então se formou o Grupo efetivamente, seguindo com as próprias pernas. Com o tempo e as dificuldades, especialmente pela falta de retorno financeiro, de estrutura e baixa comercialização mais pessoas foram desistindo da iniciativa. Atualmente ficaram apenas 5 mulheres, sendo que todos os homens e jovens desistiram. Com o passar dos dias, com a inserção no mercado de seus produtos, surgiu a necessidade de criar rótulos e embalagens, devido a isso deram o nome de Grupo Baru e criaram uma logomarca para padronizar a comercialização.

No local que era utilizado apenas como depósito, foi construída uma cozinha industrial, para produzir derivados do baru, atualmente também processam o pequi e o coco bociuva. Essa cozinha foi construída no ano de 2012 utilizando recursos do PPP-ECOS<sup>6</sup>, uma instituição sem fins lucrativos que apoia projetos sustentáveis, o que foi fundamental para continuidade no trabalho do Grupo. Durante a execução do PPP-ECOS conseguiram acessar outro recurso de menor valor, através do Instituto Marista, para aquisição de equipamentos que não foram contemplados no PPP-ECOS, conseguiram ainda um terceiro recurso através da Cáritas Brasileira para compra de materiais de escritório, cadeiras e mesas para feira e eventos.

Este grupo de mulheres agricultoras, (Imagem 3), que apesar das dificuldades iniciais seguiram firme no projeto, foram umas das precursoras no beneficiamento do baru no município de Anastácio e umas das primeiras no estado de Mato Grosso do Sul. Esta dedicação trouxe para além dos benefícios as mulheres do grupo, um

---

<sup>6</sup> PPP-ECOS (Programa de Pequenos Projetos Ecosociais), um programa criado para apoiar projetos de base comunitária com intuítos sustentáveis. Sendo coordenado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), o PPP-ECOS é um dos poucos programas no Brasil que direcionava seu apoio exclusivo para o bioma Cerrado até o ano de 2013.

benefício para a comunidade como um todo, pois a partir do trabalho delas o baru ficou conhecido na região, oportunizando uma alternativa de trabalho e renda para outras pessoas, criando redes de comercialização e sobretudo a preservação desta planta, que antes era derrubada pelos agricultores.

Imagem 3 - Integrantes do Grupo Baru e a unidade industrial.



Fonte: Registros da autora, 2018.

A idade das mulheres entrevistadas variou entre 39 e 64 anos. São todas casadas e a idade de seus maridos variou entre 49 e 69 anos. Uma das mulheres tem dois filhos, com idades de 18 e 22 anos. Duas delas têm três filhos, com idades entre 22 a 41 anos. Outra tem quatro filhos, com idades entre 36 a 48 anos e uma delas tem sete filhos, com idades entre 26 e 36 anos. Nenhum dos filhos moram com os pais e todas as mulheres entrevistadas moram apenas com o esposo. Uma das mulheres estudou até a 4ª série, duas estudaram até 8ª série e duas delas tem o ensino médio completo, sendo que uma segue estudando, cursando enfermagem.

As semelhanças entre estas mulheres, são que todas nasceram e se criaram no meio rural, trabalhando desde a infância/adolescência na agricultura, e atualmente todas trabalham em suas propriedades com o esposo, na criação de bovinos, alguns para corte e outros para produção leiteira. Todas cultivam olerícolas para o consumo familiar. Além disso, são integrantes e fundadoras do Grupo Baru. Todas participam da feira da agricultura familiar no município de Anastácio. Dessas cinco mulheres três são aposentadas.

Conhecendo um pouco da história de formação do Grupo Baru, segue na próxima seção a descrição da forma de organização, de produção e de comercialização do Grupo.

### 3.6 ORGANIZAÇÃO INTERNA, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Nesta seção será descrito, com maiores detalhes, a forma de organização, produção e comercialização desempenhados por este coletivo.

O grupo Baru se organiza de forma coletiva, sendo todas as decisões tomadas em conjunto. Uma vez ao ano todas as integrantes se reúnem e fazem o planejamento anual das atividades e uma vez na semana fazem reunião para discussão de assuntos internos, prestação de contas e divisão do lucro das atividades do grupo, fazendo registro das discussões e decisões das reuniões.

No grupo uma das agricultoras tem a função de coordenadora, uma de tesoureira e outra de secretária. O grupo é informal, não possuindo CNPJ. A comercialização dos produtos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) se dá através da cooperativa COPRAN<sup>7</sup> (Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio - MS), onde todas as cinco agricultoras são associadas, sendo que uma delas é vice tesoureira e outra faz parte do conselho fiscal da cooperativa.

Para a colheita do cumbaru todas trabalham juntas. Já para a quebra do fruto, elas estabelecem uma meta semanal que cada uma tem que cumprir, sendo esse trabalho desenvolvido individualmente. O trabalho de processamento na cozinha industrial é feito de forma coletiva.

O grupo produz atualmente pães de baru, de abobora, de bocaiuva, pães simples e francês, amêndoa de baru crua e torrada, farinha de bocaiuva, paçoca rolha, trufas de baru, de pequi e bocaiuva. Além disso, produzem ainda diversos salgados, como coxinha, pastel, risólis e enroladinho (Imagem 4).

A primeira forma de comercialização do grupo foi através dos programas PAA e PNAE, no ano de 2012. A partir desses canais de comercialização viu-se uma oportunidade para inserção de outros alimentos nesses programas. Isso estimulou algumas das agricultoras do grupo a começaram a produzir olerícolas de forma individual, para entrega nesses programas. No ano de 2012 a prefeitura municipal de Anastácio criou um espaço para feira da agricultura familiar. Nesse local os

---

<sup>7</sup> COPRAN é uma cooperativa formada por agricultores do Assentamento São Manoel e da Colônia Pulador. A sede da cooperativa se localiza no município de Anastácio. Uma das funções da cooperativa é o recebimento e a distribuição dos produtos dos associados nos pontos de venda, bem como a entrega dos alimentos para o PAA e PNAE. Os associados passam para a cooperativa uma pequena porcentagem do valor de suas vendas, para manutenção da mesma. Os alimentos comercializados são distribuídos na nota fiscal individual. Os próprios associados fazem a contabilidade, tesouraria, secretaria, prestação de contas, entre outras funções.

agricultores dos assentamentos e comunidades do entorno da cidade comercializam sua produção.

Imagem 4 -Produção e comercialização dos produtos.



Fonte: Maria Lucia, 2017-2018.

Com a divulgação dos produtos do Grupo Baru, surgiram outras oportunidades de comercialização, como entregas em lojas de produtos naturais, em restaurantes e outros comércios na capital do estado, Campo Grande. O Grupo passou a receber muitas visitas, participaram de reportagens e assim foram divulgando seu trabalho, com isso receberam propostas de comercialização em outros estados. Atualmente enviam seus produtos sob encomenda para São Paulo. Também encontraram comércio para a casca do fruto, que é entregue em uma floricultura, que o usa para fazer substrato para orquídeas.

Atualmente a comercialização é feita na feira da agricultura familiar, que acontece todas as sextas na cidade de Anastácio. Também são feitas entregas uma vez na semana na COPRAN, que fica responsável pela distribuição nas escolas

(PNAE) e entidades (PAA). Além disso, parte da produção é comercializada através da venda direta na própria comunidade e sob encomenda enviam seus produtos para lojas em Campo Grande e São Paulo.

Após contextualização sobre a experiência do Grupo Baru e do local de pesquisa, segue no próximo capítulo os resultados obtidos na pesquisa a campo relacionando com os temas discutidos no capítulo 2.

## **4 TRABALHO COLETIVO, AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DE AGRICULTORAS**

O presente capítulo está fundamentado nas bases teóricas sobre a temática da autonomia econômica e do empoderamento de mulheres, relacionando com as observações e dados coletados durante a pesquisa de campo.

### **4.1 MELHORIAS NA QUALIDADE DE VIDA E CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA DO TRABALHO COLETIVO**

Nesta pesquisa um dos objetivos foi elencar as melhorias na qualidade de vida das mulheres e outro foi identificar a contribuição financeira do trabalho em grupo, com intenção de verificar o nível de influência da autonomia econômica no processo de empoderamento de mulheres rurais. Para isso será identificado nesta seção, através dos relatos das entrevistadas, pontos discutidos no referencial teórico a respeito da autonomia econômica e do empoderamento, afim de obter elementos de verificação da influência de um sobre o outro.

Diante da base teórica a respeito da autonomia econômica e do empoderamento, podemos observar pontos comuns na conceituação de ambos os termos. A autonomia econômica engloba a capacidade de gestão e de tomada de decisão do indivíduo, influenciando na sua inserção social, possibilitando a busca de formação, estudo e qualificação. Pode ser promovida pela participação em programas sociais e governamentais, gerando a autoconfiança, a segurança, a estabilidade, a autoestima, o lazer e autonomia sobre suas próprias escolhas.

O empoderamento abrange todas essas questões e algumas mais, como o desenvolvimento de um pensamento crítico, onde o indivíduo vai questionar certas coisas, vai atuar em defesa de seus direitos, da equidade social, vai reconhecer seu poder, se organizar e se mobilizar, dentro disso entra também a satisfação financeira e tudo o que ela proporciona. Como vimos, o empoderamento é um processo amplo, o qual perpassa as dimensões físicas, psicológicas, sociais e econômicas do indivíduo ou grupo.

A partir disso, observa-se as falas das agricultoras integrantes do Grupo Baru, destacando em seus relatos pontos que indiquem o empoderamento das mulheres e de que forma ocorreu. Uma das entrevistadas aponta a maneira que o dinheiro, fruto de seu trabalho, contribuiu em sua vida:

[...] me ajudou bastante, consegui compra uma geladeira nova, pouco tempo que participei do grupo já pude junta meu dinheirinho para compra as coisas que eu queria aqui na minha casa, o que precisava ne, e já ajudou bastante. Ajuda financeiramente e ajuda psicologicamente, é como eu falo, a feira para mim não é um trabalho, é um lazer, eu vou lá trabalhar eu canso, mais eu gosto [...]. (Maria do Pequi).

Para esta mulher, a obtenção do dinheiro através do seu próprio trabalho proporciona a aquisição de bens de seu interesse. Neste sentido observa-se o poder de compra do dinheiro e como essas aquisições proporcionam, de certa forma, uma valorização de sua nova condição econômica. Esse sentimento de poder comprar o que deseja, de tomar decisões, é um dos elementos da autonomia econômica e que faz parte do processo de empoderamento individual.

No processo de empoderamento existem outras dimensões fundamentais, além da econômica. É necessário uma relação entre essa dimensão e as dimensões cognitiva, psicológica e política, para desenvolver pensamentos críticos, tomarem consciência das desigualdades de gênero e identificar isso em suas realidades.

Seguindo com o depoimento de Maria do Pequi, quando questionada sobre a influência da participação no grupo nessas melhorias da qualidade de vida, a mesma complementa dizendo que:

[...] melhorou até mais, porque agora fico mais alegre porque consigo compra as coisas, aí ganho um dinheirinho a mais, porque somos aposentados [ela e o esposo] mais ganha pouco ne, até mesmo para compra remédio, compra uma roupa, compra um presente para um neto, então melhora mais a relação. [...] quando a gente faz parte de um grupo parece que fica mais animada. (Maria do Pequi).

Essa agricultora relata o bem-estar em trabalhar em um coletivo, em participar de feira, percebendo-se uma condição de segurança e estabilidade. Por outro lado, percebe-se que foi necessário a autonomia econômica da mulher para se ter uma melhor relação entre o casal, pois ela diz que agora fica mais alegre por poder comprar as coisas. Associa também sua alegria a convivência com as demais agricultoras.

Verifica-se que a vontade e necessidade de obter o próprio dinheiro, foi o que inicialmente motivou a participação dessas mulheres no projeto Baru. Posteriormente a participação no grupo trouxe outras vantagens para suas vidas e incentivo para continuar trabalhando coletivamente. Essas mulheres conseguiram dar um salto de qualidade em suas vidas. Todas elas relataram o apoio da família para que participassem e permanecessem no Grupo Baru. Relataram mudanças positivas a partir do trabalho produtivo e coletivo, a aquisição financeira adquiriu um

significado de melhoria em suas vidas familiares.

Mas, encontram alguns empecilhos na relação coletiva, relatando que por vezes os interesses pessoais acabam se sobrepondo aos coletivos, prejudicando o andamento do grupo. Mesmo assim, afirmam gostar do trabalho coletivo.

Outras participantes do grupo colocam o trabalho coletivo para além da melhoria financeira, isso pode ser visto quando relatam que:

[...] o conhecimento de você participar de reuniões você entende muita coisa, viagem que a gente fez, acho que é uma forma de conhecimento, sair mais, vê mais pessoas [...]. (Maria do Jatobá).

[...] muda mais na autoestima da gente, que a gente trabalha, não fica só em casa, só cuidando de serviço de casa, sai viajar, participa de muitas reuniões, conhece outras pessoas, muda muita coisa sim, para melhor [...]. (Maria do Ingá).

Aqui pode-se identificar a busca por conhecimento, a formação, qualificação e sobretudo a interação e participação social, fundamental nesse processo de empoderar-se.

Verificou-se a partir das observações participante que há um processo diferente ocorrendo para cada “Maria”, algumas mostram maior interesse de ir em busca de novos conhecimentos, experiências, vivências, enquanto outras se mostram mais acomodadas com o trabalho que já desempenham a certo tempo, não se empenhando tanto para novos desafios.

Para uma das mulheres entrevistadas o trabalho em grupo trouxe autonomia para sua vida, em relato diz que:

[...] uma coisa que mudou que eu tenho meu dinheirinho, individual meu e gasto tudo do jeito que eu quero e ninguém mete a colher, é pouquinho mais é meu, se pega para compra uma roupa, você vê um negócio aí diz a não tenho dinheiro, agora se você vê e está com dinheirinho vai lá e compra. Depois que eu entrei e estou trabalhando assim eu não sei mais o que é pega um dinheiro do leite, é eu que compro, as coisas da Taty [filha] mesmo roupa para o William [filho], pago meu curso, meu curso eu pago com meu dinheiro, eu já cheguei até empresta pro Wilson [esposo], meu curso já terminei de paga graças a Deus coloco combustível para ir fazer, o dia em que eu tiver meu dinheirinho só meu aí vou fazer minha habilitação, agora só termina meu curso eu vou fazer, porque aí eu que vou paga vou lá e faço sem aquela pressão na cabeça se reprovar. Aí eu falei, a não, o dia em que eu tiver meu dinheirinho eu vou fazer, já juntei dinheiro para compra minha motinho também, eu que paguei minha motinho [...]. (Maria do Bocaiuva).

Neste depoimento, está explícito a mudança na qualidade de vida dessa agricultora, o orgulho que ela sente ao dizer “meu dinheiro” traz autonomia para sua vida. Ela foi buscar formação e aprendeu a dirigir, sendo esses elementos

empoderadores.

No depoimento da Maria do Bocaiuva fica visível o empoderamento enquanto mulher independente e dona de si. Pode-se perceber a influência da sua autonomia econômica no processo de empoderamento. Pois conforme relata “[...] quem não quer ganhar um dinheirinho, as pessoas foram participa pelo dinheiro [...]”, sendo esse o motivo inicial para se inserir no trabalho coletivo, o que posteriormente se tornou secundário, pois o convívio com outras mulheres, a participação em feiras e em outras atividades é o que as mantem fortalecidas enquanto coletivo.

Nos relatos dessas mulheres, podemos constatar que o dinheiro funciona como dispositivo do poder que proporciona liberdade, coragem para enfrentar o outro e possibilita mudanças tanto de comportamento como de relações sociais e familiares. Essa condição gera uma inclusão, na qual elas são motivadas a desenvolver outros objetivos de vida, ter outras perspectivas e ver com outra ótica a realidade. Desta maneira visualiza-se mais algumas veias do empoderamento nos enunciados dessas agricultoras.

Algo interessante a ser ressaltado aqui é o relato de Maria do Jatobá sobre outra integrante do Grupo:

[...] A dona Maria do Baru, ela já estava assim meio querendo se aposentar dizia que a coluna dela não aguentava e de repente a dona Maria do Baru acordo, agora não para. A Maria do Baru não trabalhava mais naquele tempo, de repente começou ali no grupo e hoje a Maria do Baru está pegando saco de cumbaru nas costas [...]. (Maria do Jatobá).

Com o exemplo da Maria do Baru, verifica-se que seu nível no processo empoderador foi alto, ela se despertou e se desafiou para novas experiências depois de certa idade, superou seus próprios limites. Enfrentou primeiramente seus desafios internos.

Vemos que o trabalho coletivo proporcionou para além das melhorias econômicas, melhorias psicológicas, físicas e sociais. São mulheres mais dispostas, mais participativas, mais ativas e que passaram a olhar para um novo horizonte. Esses elementos foram definidos por Stromquist (1997) como sendo dimensões do processo de empoderamento.

Neste mesmo sentido, uma das agricultoras relata avanços na vida de suas companheiras de grupo:

[...] Olha a Maria do jatobá tirou habilitação, a Maria do Cumbaru tirou habilitação pega o carro dela e vai pra cidade quem diria, pra quem dizia que quando entrava num carro tremia tudo agora vai sozinha e vem

sozinha, a Maria do Ingá comprou uma motinha nova, a Maria do Pequi também comprou muita coisa e só não tirou habilitação também por causa do problema [saúde] dela [...]. (Maria do Bocaiuva).

O depoimento dessas mulheres demonstra o quanto batalharam, romperam barreiras, foram à luta, deram novos rumos a suas vidas. Percebe-se a satisfação que o trabalho coletivo trouxe a vida delas, as melhorias na qualidade de vida relatadas por elas se relacionam ao conforto de terem seu próprio dinheiro para comprar coisas para seus filhos e principalmente para si mesmas. Fizeram reformas em suas casas, adquiriram meios de transporte, fizeram habilitação e uma delas pagou um curso de enfermagem. Para além disso, o mais importante é o benefício dessa renda para o investimento pessoal, de vontade delas, coisas “supérfluas”, mas que lhes proporcionam bem-estar.

Além disso, a possibilidade de mudar a rotina, de desenvolver outras atividades, de buscar lazer, conhecimento e sobretudo mudar relações familiares e sociais, desconstruindo certos conceitos que ao longo do tempo foram passados como verdades, como sendo o natural, e que no transcurso do trabalho as diferentes “Marias do Grupo Baru” vão descobrindo que não são naturais e nem são verdades.

Como vimos acima, um dos *starts* de motivação para participação no projeto foi o interesse financeiro e quando questionadas sobre o que essa renda significa para sua vida, elas responderam:

[...] significou uma melhora boa, até para a gente sair, passear, para mim significou bastante melhora, aumentou minha renda [...]. (Maria do Pequi).

[...] Conforto ne, pude mexer na casa mexer em várias coisas [...]. (Maria do Jatobá).

[...] significa independência ne, é pouquinho mais ajuda, eu tô pagando meu curso, tenho minha motinha [...]. (Maria do Bocaiuva).

[...] é uma complementação da renda que a gente tem um pouco, financeiramente ele ajuda [...]. (Maria do Ingá).

[...] significou muito, porque é uma renda assim, é um extra que entrou pra gente, se nos ficássemos assim por exemplo só em casa sem ter uma renda nossa das mulheres, porque a mulher não considera o serviço dela ne, porque o serviço de casa você trabalha, trabalha e não tem renda, por exemplo você lava roupa, limpa a casa, faz comida, ai você faz hoje, faz amanhã e daí não tem uma renda, e a vantagem do grupo além de ser um trabalho coletivo, a gente tem a renda da gente [...]. (Maria do Baru).

Para essas mulheres o “dinheiro” traz junto a si um significado de autonomia, de decisão, de liberdade de escolha, de realizar os desejos, de satisfação, de crescimento, de aquisição de bens para conforto familiar e pessoal e principalmente

de poder de aquisição. Quando dizem em seus depoimentos “eu pude”, “eu tô pagando”, “posso comprar”, “meu dinheirinho”, “gasto tudo do jeito que eu quero”, mostram com essas expressões o empoderamento, enquanto donas de suas vidas e de suas decisões, se sentir livre para fazer suas escolhas sem depender do outro proporciona um bem-estar e melhora a auto estima dessas mulheres.

Por um lado, se tem os benefícios que o dinheiro proporcionou as “Marias”, por outro lado esse interesse financeiro acaba trazendo os objetivos individuais acima dos coletivos. Essa situação por vezes reflete em discussões internas do grupo, causando discordâncias na tomada de decisões.

Esse sentido de “dinheiro” também foi identificado no trabalho de Landerdahl; Padoin; Villela (2015), sobre o empoderamento de operárias da construção civil, na perspectiva da autonomia econômica, no qual as autoras descrevem que

Os enunciados caminham na linha de um discurso que apresenta o poder de compra que o dinheiro resultante do seu trabalho proporciona como uma via para a satisfação dos desejos e necessidades, um poder que as participantes não tinham antes e que se expressa principalmente na possibilidade de aquisição de bens e serviços para seu consumo próprio e para sua família. (LANDERDAHL; PADOIN; VILLELA, 2015, p. 31).

No caso desse grupo de mulheres a participação no trabalho coletivo foi motivado pelo interesse em obter uma renda extra, conseqüentemente conquistaram sua autonomia econômica através do Grupo Baru, pois a partir do retorno que o trabalho lhes trouxe, se sentiram motivadas a realizar outras atividades. Começaram a trabalhar com olericultura, para entregar no PAA e para comercializarem na feira junto com os produtos do Grupo, assim foram obtendo maior retorno financeiro.

O empoderamento é desenvolvido por meio de experiências em todos os âmbitos da vida do ser humano, de sua história, bagagem sociocultural, idade, estrutura familiar, entre outros aspectos. (VERNIER, 2007 apud LANDERDAHL; PADOIN; VILLELA, 2015, p.32). No estudo do caso dessas agricultoras foi identificado que houve um agente externo facilitador desse processo, pois tudo começou através de um projeto da AGRAER em parceria com CNPq, onde as integrantes do Grupo Baru foram convidadas, assim como outras mulheres e homens, a participar de uma pesquisa. A estrutura familiar, conforme apontado pelos autores, também foi identificado no caso estudado e auxiliou no processo de empoderamento quando houve o apoio familiar. De acordo com a base teórica, cada indivíduo irá passar por processos diferentes, pois tem influências do meio social

onde vive e pode ser iniciado por um agente facilitador externo, como mostrou o caso estudado.

Até aqui verifica-se através dos depoimentos das agricultoras, embasado no referencial teórico, diversos pontos que são abrangidos pela autonomia econômica e pelo empoderamento. Essas agricultoras passaram a se ver de maneira diferente, puderam enxergar suas potencialidades e a se governar independentemente do outro, buscando dessa forma um novo contexto de relações familiares e sociais, não se submetendo mais a situações humilhantes e se libertando de relações opressoras. Esse é o tema examinado mais detidamente na próxima seção.

#### 4.2 MUDANÇAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES

Nesta seção serão discutidos os elementos de mudanças nas relações sociais e familiares, vividos pelas agricultoras do Grupo Baru.

As mudanças nas relações sociais e familiares estão intimamente ligadas a satisfação e realização pessoal, a autoestima e de certa forma a conquista da autonomia econômica. Neste caso, a autonomia econômica foi a ferramenta de impulso para essas mulheres tomarem iniciativa de mudança de vida. Tinham a necessidade de desenvolver atividades que as envolvessem e que gerassem retornos satisfatórios. A formação do Grupo Baru foi a maneira que essas mulheres encontraram como alternativa de vida.

Na concepção de Costa (2000, p. 7), o empoderamento é “[...] o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir [...]”. Como expressão disso, sendo uma consequência positiva, o trabalho coletivo proporcionou mudanças nas relações sociais e familiares destas agricultoras. Estas mudanças podem ser verificadas em seus depoimentos, como de Maria do jatobá, que em um momento de descontração das entrevistas: “[...] consegui colocar o Valdir [esposo] na cozinha que beleza [risos] [...]”.

Isso mostra que houveram mudanças na relação familiar, pois o companheiro passou a fazer atividades que antes eram consideradas de responsabilidade exclusiva da mulher. O trabalho doméstico fica sob cargo feminino na maioria dos lares, sendo essa uma concepção opressora da condição feminina que acabou tomando um sentido natural ao longo do tempo, mas que muitas mulheres

começaram a questionar, debater, revelar e buscar formas de mudar esse cenário de discriminação. Nesse caso, temos a questão da divisão sexual do trabalho, pois na concepção do casal as atividades domésticas eram compromisso apenas dela. E quando ela começou a desenvolver um trabalho externo, ele se obrigou a realizar tais tarefas. Na percepção dela isso foi uma conquista, um avanço na relação familiar.

Este depoimento dialoga com uma das dimensões descritas por Stromquist (1997), a dimensão cognitiva, que compreende no entendimento sobre as relações conjugais e como podem ser formas de dominação masculina na relação.

Com base na observação participante, foi possível identificar diferentes níveis de mudanças em cada uma das Marias. Algumas demonstraram muitas mudanças positivas em termo de empoderamento em suas relações familiares, outras ainda encontram dificuldades em discutir e mudar as relações de trabalho doméstico, sendo ainda as grandes responsáveis por tais atividades.

Apesar disso, a representante do setor de gênero do MST, destaca que o trabalho do Grupo Baru se tornou “[...] uma referência estadual e nacional, de que a unidade das mulheres e o trabalho, pode dar certo e ser, uma alternativa de empoderamento e emancipação feminina”.

Outra das entrevistadas também relatou que mudou a sua relação familiar, principalmente na divisão do trabalho, pois agora que ela também trabalha fora os afazeres domésticos devem ser divididos e o trabalho com o gado ficou a cargo apenas do esposo. Também relatou que através do grupo começou a participar mais de atividades na comunidade:

[...] sair eu saio direto, tinha um curso a gente tinha que ir ver gente diferente, opiniões diferentes, é tanto curso que a gente já fez também e reuniões de projeto [...]. (Maria da Bocaiuva).

Aqui observa-se a dimensão cognitiva e psicológica descritas por Stromquist (1997), pois o trabalho remunerado trouxe para essa Maria grandes mudanças no convívio familiar.

No relato de uma das integrantes do grupo, o trabalho coletivo teve influência na relação pessoal com o marido, onde ela diz ter melhorado o relacionamento a partir do momento em que começou a trabalhar fora e a ter sua fonte de renda individual:

[...] A mudou, mudou bastante sim, porque quando eu trabalhava só na

roça, e só ele [esposo] que saia, eu que ficava só trabalhando eu ficava mais revoltada, depois que eu comecei a trabalhar no grupo e aí a gente começa a conhecer mais as coisas, começa a achar que a gente é capaz das coisas, não precisa estar dependendo de marido, então isso aí tudo a gente foi aprendendo, mudou muito [...]. (Maria do Baru).

Nos discursos dessas mulheres o trabalho coletivo e o retorno financeiro significaram uma grande mudança principalmente na relação marido e mulher, remetendo a uma relação mais confortável, onde essas mulheres sentem a admiração por parte de seus companheiros, o respeito e motivação para seguirem nesse caminho que estão trilhando.

Através dos discursos das Marias do Grupo Baru, identifica-se que, como descrito por Nobre (2016), a autonomia econômica foi essencial nesse processo. Bem como destaca Stromquist (1997), que um dos pré-requisitos para o empoderamento é sair de casa e participar de alguma forma de trabalho coletivo, o que essas “Marias” estão fazendo.

Algumas das entrevistadas disseram se sentir bem em ir trabalhar, pois quando estão reunidas conversam sobre a vida, contam coisas umas para as outras, se divertem, dão risada e é um momento em que podem se encontrar enquanto companheiras. Antes da existência do grupo se tornava difícil momentos como esses, pois cada uma estava ocupada com os afazeres domésticos, não se visitavam e agora elas têm esses momentos de encontros para fazer as atividades do grupo e descontraí-las.

[...] eu gosto de ir lá trabalhar junto com as companheiras, ir para a feira, conversar, conhece gente, é animado para mim, sair viajar, que nem a gente sempre vai em uma reunião e outra, curso [...]. (Maria do Ingá).

[...] a gente começou a andar sozinhas com nossas próprias pernas, as companheiras deram vários depoimentos nas nossas reuniões, que depois que elas estavam no grupo, trabalhando no grupo, junto com outras mulheres assim, que elas conseguiram se libertar, isso a Maria do Araticum falou, a Maria da Cagaita, todas elas fizeram esse depoimento no grupo, e que a auto estima delas tinha subido, e elas estavam se sentindo bem no grupo [...]. (Maria do Baru).

Essa condição de satisfação ao fazer o que fazem, de surgimento de novas oportunidades também foram identificadas na pesquisa de Landerdahl; Padoin; Villela (2015) com as mulheres da construção civil. Siqueira (2014), identifica em seu estudo que no processo de empoderamento de suas pesquisadas, teve como resultado a autoaceitação e o sentimento de autovalorização das mulheres, assim como identifica-se no depoimento das “Marias” aqui pesquisadas.

É possível identificar que as relações familiares, em especial com o esposo, melhoraram em diversos aspectos, essas mulheres passaram a se sentir mais seguras. Seus companheiros agora colaboram em atividades domésticas e em atividades do próprio grupo, como entregar as encomendas, buscar o cumbaru para elas no período da colheita, ajudar na organização e pesagem do fruto, pois as bolsas são muito pesadas. Também relataram que saem mais, vão a cidade sozinhas, pois algumas já conquistaram sua habilitação, sentem vontade e participam de festas na comunidade, se visitam enquanto vizinhas, viajam em atividades do grupo, participam da feira no município e tem contato mais frequente com outros grupos de mulheres de comunidades vizinhas, o que antes não ocorria.

Essas mudanças no campo social estão dialogando com as dimensões psicológicas e políticas, definidas por Stronquist (1997), pois no campo psicológico as “Marias” desenvolveram através desse trabalho coletivo autoconfiança e autoestima, na dimensão política desenvolvem a consciência individual e a ação coletiva.

Para destacar a importância desse trabalho coletivo, se traz um recorte do depoimento da entrevistada do setor de gênero do MST:

É um alicerce para manter o vínculo com a luta, com outras mulheres. Que trabalhando de maneira individual se torna muito mais complexo, foge da ideia de cooperativismo, de grupo coletivo. Até porque o desafio maior não é apenas o de gerar renda, más de manter as características fundadoras de unidade e coletividade, manutenção e preservação do cerrado.

As mudanças conduzem as agricultoras a se mobilizar, buscar novas oportunidades, novas experiências e desconstruir os conceitos ancorados na sociedade e no âmbito familiar, tirando a mulher de posições inferiores e opressoras, colocando-as em patamares de equidade. Essa mudança já começou a acontecer dentro do espaço doméstico na maioria dos casos, e pode ser refletido no contexto social onde elas vivem, mostrando para outras mulheres esses novos horizontes.

O trabalho desse coletivo de mulheres é sem dúvidas exitoso, mas possui também algumas dificuldades, fragilidades e limitantes. Tema esse que será abordado na seção seguinte.

#### 4.3 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO GRUPO BARU

Nessa seção será abordado o tema de um dos objetivos específicos dessa pesquisa, as dificuldades encontradas pelo Grupo Baru. Aqui será levantado

algumas fragilidades e limitantes do trabalho coletivo.

As Marias, quando questionadas sobre as dificuldades, responderam sobre suas dificuldades estruturais. Todas relataram que as principais dificuldades no momento eram: a falta de um transporte próprio do Grupo; falta de um quebrador elétrico de cumbaru, pois essa é a atividade que demanda mais tempo para ser executada e uma das que limitam a produção; dificuldade no período de colheita, devido à idade, pois a colheita exige muito esforço físico por ser coleta manual e ter que carregar muito peso.

Essas dificuldades estruturais, influenciam negativamente no trabalho do Grupo, porém não são as únicas. Para além do que relataram explicitamente como dificuldade, pode-se perceber nas entrelinhas do diálogo algumas fragilidades organizacionais e alguns limitantes que podem interferir no processo de crescimento do coletivo.

Através da observação participante e de alguns relatos durante conversa com as Marias, identifica-se que o número de integrantes que compõe o Grupo Baru se torna um limitante, por vezes não conseguem vencer toda a demanda de produção. Nesse sentido se encaixa a falta do quebrador elétrico, pois a atividade de quebra manual do cumbaru é um processo demorado, cansativo e que não rende grande produção, isso reduz a matéria prima para fabricação dos produtos.

O número reduzido de mulheres também traz fragilidades, principalmente na continuidade do Grupo. É possível identificar que há muitas divergências nas discussões sobre abrir vaga para que outras mulheres se integrem ao Grupo Baru. Para algumas das Marias essa seria uma alternativa de aumentar e melhorar a produção, mas outras apresentam certa resistência a essa possibilidade, pois pensam que irá reduzir a renda dado que teriam que dividir entre mais pessoas. Sem considerar que a mão de obra e a produção também poderia ser aumentada.

Outro limitante relatado, que se relaciona com o número reduzido de integrantes, é a dificuldade que se encontra para ampliar e diversificar a produção, estando acomodadas com o que já produzem. O Grupo possui uma estrutura física disponível com grande potencial, que tem totais condições de atender outras demandas da comunidade, todavia percebe-se que faltam novos projetos, novas perspectivas de futuro. Um exemplo de demanda local não atendida é a produção de pão francês, pois o Grupo produz esses pães apenas uma vez na semana e em quantidade inferior a demandada pelas famílias da própria comunidade. Isso

acontece devido à falta de mão de obra para suprir todas as demandas de produção, se tornando uma deficiência no crescimento do Grupo.

Observou-se a campo que uma fragilidade do Grupo, que pode causar grandes prejuízos futuros, é o pensamento individualista de algumas das integrantes, o que gera divergências no dia a dia e dificulta algumas discussões e andamentos de novas propostas que poderiam contribuir para o crescimento do Grupo. Aqui percebe-se um limitante do grupo em relação a formação teórica e compreensão dos princípios do cooperativismo. Percebe-se também a necessidade de algum agente externo intervir, trazendo formação e qualificação profissional para as agricultoras, na área administrativa, o que poderia auxiliá-las na gestão do Grupo.

Todas essas fragilidades e dificuldades precisam ser discutidas coletivamente, avaliadas e superadas. Seria fundamental para o seguimento do trabalho em coletivo que fossem encontradas alternativas para melhorar esses quesitos. E como forma de fortalecimento dessa experiência de trabalho coletivo, se destaca a necessidade de um estudo sobre a cooperação, de entender como trabalhar em coletivo, para que se preserve e se mantenha essa atividade que o Grupo Baru desempenha.

Nas relações pessoais foi possível observar, em alguns dos casos, dificuldades nas relações de gênero, principalmente no campo da divisão sexual do trabalho, pois a própria mulher ainda não conseguiu mudar sua concepção de que os trabalhos domésticos não são atividades de responsabilidade exclusiva dela. Essa discussão é necessária para o avanço do processo de empoderamento. Seria interessante levar ao grupo essas reflexões, estudos sobre as relações de gênero.

Esse é um elemento importante na construção do empoderamento feminino, e falta essa compreensão na vida de algumas das Marias. Isso ajuda compreender os níveis diferentes de empoderamento entre as mulheres participantes do Grupo Baru. Dentro das dimensões levantadas por Stromquist (1997), observa-se que a dimensão política é a que se manifesta com menor intensidade nas experiências das Marias.

Neste capítulo foi abordado as melhorias na qualidade de vida, familiar e social das mulheres, a contribuição financeira do trabalho e suas fragilidades e limitantes, dialogando com a base teórica, fazendo uma relação da teoria com empírico. Após essas abordagens, torna-se possível tirar conclusões do tema pesquisado a campo, o que será descrito na seção seguinte.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição dos dados coletados a campo e considerando a base teórica descrita nesta pesquisa, se torna possível apontar as conclusões obtidas durante o estudo, buscando responder à questão investigada. O presente estudo teve por objetivo investigar como a autonomia econômica pode promover ou facilitar o processo de empoderamento de mulheres do meio rural.

De acordo com Landerdahl; Padoin; Villela (2015, p. 27) “[...] o trabalho produtivo remunerado exercido por mulheres pode se configurar como facilitador de processos de empoderamento que permita minimamente exercer autonomia sobre sua vida [...]”. Os resultados deste estudo mostraram que a conquista da autonomia econômica foi um facilitador no processo de empoderamento das agricultoras. O exercício do trabalho atual no coletivo Grupo Baru lhes proporcionou ampliação da autoconfiança, autoestima, segurança, autonomia, tanto econômica como de tomada de decisões, o que lhes confere um sentimento de poder, de capacidade de aquisição, de decidir sobre suas vidas, realização de sonhos, conquistas de conhecimento e independência.

A conquista da autonomia econômica a partir do trabalho no Grupo Baru promoveu liberdade para que essas mulheres abrissem outras portas, como a inserção e o desenvolvimento de outras atividades profissionais que também trouxeram retorno financeiro, como a participação na feira da agricultura familiar promovida pelo município de Anastácio, a inserção coletiva no PAA e o trabalho com horticultura para entrega na merenda escolar, venda na feira e venda porta a porta.

Os resultados apontam claramente que a autonomia econômica é muito positiva na vida dessas mulheres. Pois esta nova condição tornou possível a realização de mudanças significativas em seus contextos de vida, porém esta autonomia por si só não é suficiente para romper todas as barreiras da opressão, da desigualdade de gênero e da inferioridade feminina estabelecida na sociedade. Mas os resultados do estudo apontam que ela tem potencial transformador e necessita de uma base nas políticas públicas voltadas as questões das mulheres, precisa estar aliado a garantia de todos os direitos. Como diz o lema “nenhum direito a menos”.

A conquista da autonomia econômica foi impulsionada por um agente externo, que teve papel de facilitador ou de intermediador entre um projeto oriundo de

recursos públicos e as agricultoras. Este foi o primeiro passo identificado como parte do processo de empoderamento. Pois, foi esta ferramenta que serviu como *start* para a mudança de comportamento dessas agricultoras e que, posteriormente, as levou para outros níveis do processo de empoderamento.

Diante desta situação, deve-se buscar caminhos que auxiliem o desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres rurais. Uma primeira proposição seria a de iniciar com trabalhos de base, na qual se discuta com as agricultoras diversos assuntos, abrindo o campo de visão delas, levando o conhecimento de todos os seus direitos e assim conquistando espaços para implantação de projetos que proporcione autonomia econômica. A grande maioria das mulheres rurais estão acomodadas com a vida que levam e para quebrar esse ciclo necessitam de incentivo e auxílio externo. Esse trabalho deve ser desempenhado pelos técnicos, extensionistas e profissionais da agronomia por exemplo. Quando olhamos para a realidade dos assentamentos vemos que estes deixam a desejar no desenvolvimento de seus trabalhos.

Pode-se concluir que todas as cinco mulheres investigadas neste estudo apresentam as características do empoderamento, conforme os parâmetros de Stromquist (1997). No caso estudado, a participação em atividades produtivas coletivas foi o guia na trilha do empoderamento.

Outra conclusão deste estudo, se refere aos níveis de empoderamento, sendo observado que cada uma das agricultoras apresenta estágios diferentes no processo empoderador, estando algumas mais e outras menos empoderadas. Dentro disso, percebe-se que muitas não superaram totalmente as relações de dominador e subordinado, especialmente no espaço doméstico, não mudando por completo os comportamentos e a ideologia de trabalho feminino e masculino, prevalecendo a mulher como responsável por atividades domésticas e de cuidados. Como demonstrado anteriormente isso pode ser verificado em campo, pois algumas das “Marias” ainda são as principais responsáveis por essas atividades domésticas, algumas conseguiram avançar nesse processo conseguindo mudanças na divisão do trabalho, outras nem tanto.

Ainda assim, o trabalho produtivo e coletivo viabilizou o empoderamento através do interesse inicial de conquistar autonomia econômica. Oportunizou um rico processo de superação, enfrentamento de desafios, crescimento pessoal e coletivo, vivências, trocas de experiências e muitos outros avanços e mudanças de vida e

relações. Sobretudo desenvolveram entre si laços de amizade e companheirismo, associando o trabalho no Grupo com felicidade, diversão, descontração e lazer.

Diante de toda a discussão e lavamentos realizados nesta monografia, pode-se afirmar que a questão inicial que impulsionou essa investigação, foi verificada com êxito na experiência do Grupo Baru. Foi exatamente a autonomia econômica o motor inicial do processo de empoderamento das mulheres do Grupo Baru. E a partir dessa investigação surgiu outros questionamentos a serem investigados em pesquisas futuras, sendo os seguintes: investigar o empoderamento das mulheres como forma de resistência ao modelo de agricultura convencional e investigar o papel da mulher na construção da agroecologia nos assentamentos da reforma agrária.

Encerrasse este trabalho com a convicção de que esse Grupo de cinco agricultoras conseguiram alcançar, no pódio da vida, o degrau mais alto, considerando aqui suas histórias de vida e o contexto onde estão inseridas, o qual não oportuniza muitas saídas e em que há poucas alternativas de mudança. Apesar disso, elas conseguiram enxergar em uma pequena brecha uma grande oportunidade para suas vidas. As considero protagonistas em suas histórias de vida, mulheres guerreiras, exemplo de superação para outras e transformadoras da realidade local.

## REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Maria Betânia. Reflexões sobre as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho. In: CARLSON, Marcelo Tadeu et al (Revisão). **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher: Textos Acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 187-1206.
- BAMBIL, Arcelei Lopes. **Influência da tecnologia moderna num Assentamento do cerrado, Município de Anastácio, MS**. 2001. 83 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Curso de Mestrado em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2007.
- BAMBIL, Arcelei Lopes (Coord.). **Baru: uma experiência de desenvolvimento tecnológico participativo em assentamento**. Campo Grande, MS: AGRAER/CNPq, 2011. 28 p.: il.:21 cm.
- BARSTED, Leila Linhares. Os avanços no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. In: CARLSON, Marcelo Tadeu et al (Revisão). **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher: Textos Acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 97-116.
- BATLIWALA, Srilatha. El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. In: LEÓN, Magdalena (Compiladora). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. 1º ed. Santafé de Bogotá, Colombia: Tercer Mundo S.A., 1997, p. 187-211.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional\\_politicamulheres.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf)>. Acesso em: 3 de maio de 2018.
- CORNWALL, Andrea. Apresentação: trilhas do empoderamento de mulheres. Tradução Cecília M. B. Sardenberg. **Revista Feminismos**, Salvador, Bahia, v.1, n. 2, p. 56-64, maio/agosto, 2013. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/49/56>>. Acesso em: 5 jan. 2018.
- COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. In: Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pré-Gavião, 2000. **Anais** do Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Pró- Gavião, Vitória da Conquista, 16-18 fev. 2000. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/textosapoio1.PDF>>. Acesso em: 2 mar. 2018.
- DALLER, Vera Lúcia Oliveira. O empoderamento da mulher e a igualdade de gênero: Coopergênero uma política Pública de cooperativismo. In: I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC), Brasília, 2010. **Anais eletrônicos....** Disponível em: <<https://www.fearp.usp.br/cooperativismo/29.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2018.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. totalmente revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Ercília Mendes; DRESCH, Cássia Julita; AYACH, Lucy Ribeiro. A modificação da paisagem no contexto histórico de ocupação do território do assentamento São Manoel - Anastácio-MS. **Revista Geografar**, Curitiba, v.11, n.1, p.5-25, jul. 2016. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/48974/29435>>. Acesso em: 7 maio 2017.

GIL, Antônio Carlos. Entrevistas. In: GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1999, cap. 11, p. 117-127.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Mapa polígonos de desmatamento identificados- MS (2008-2010). [online]. Disponível em:< <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/05/produtores-de-ms-querem-regras-claras-sobre-meio-ambiente.html>>. Acesso em: 3 de maio de 2018.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2015. [online]. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/anastacio/panorama>>. Acesso em: 7 mar 2018.

KOLONTAI, Alexandra. A mulher moderna. In: KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2000. p. 15-26.

KORSACK, Letícia Maciel; DORNELES, Elizabeth Fontoura. O papel da mulher na sociedade. In: XVI Seminário Internacional De Educação No Mercosul, [2014], Cruz Alta. Seminário Internacional de Educação do Mercosul (16:2014: Cruz Alta) **Anais do XVI Seminário Internacional de Educação do Mercosul**, XIII Seminário Interinstitucional, IV Cursos de Práticas Socioculturais Interdisciplinares, III Encontro Estadual de for, 2014. Disponível em: < <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2014/DIREITO%20A%20UMA%20VIDA%20LIVRE%20DE%20VIOLENCIA/RESUMO/RESUMO%20-%20O%20PAPEL%20DA%20MULHER%20NA%20SOCIEDADE.PDF>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

LANDERDAHL, Maria Celeste; PADOIN, Stela Maris de Mello; VILLELA, Wilza Vieira. “AGORA EU POSSO”: empoderamento de operárias da construção civil na perspectiva da autonomia econômica. **Revista Feminismos**, Salvador, Bahia, v.3, n. 2/3, p. 24-35, maio/dez. 2015. Disponível em:< <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/152/174>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

LEITE, Silva; et. al. A questão agrária no Brasil e o histórico dos assentamentos nas áreas estudadas. In: LEITE, Silva; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura- IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural- NEAD; São Paulo: Unesp [distribuidor], 2004, p. 37- 40.

LEMOS, Aparecida. **Relações associativas e organizativas dos camponeses no Assentamento São Manoel – Município de Anastácio-MS**. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2009.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estúdios de género. **Revista De Estudios de Género, La Ventana**, Guadalajara, México, n. 13, p. 94-107, 2001. Disponível em: <

<http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/pperiod/laventan/Ventana13/ventana13-4.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

LEÓN, Magdalena. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá, 2013. Disponível em: <

<https://mujeresforjadorasdedesarrollo.files.wordpress.com/2013/11/m-lec3b3n-versic3b3n-final-nov-10-2013.pdf>>. Acesso em: 2 março 2018.

LORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 21-44.

MACHADO, Lia Zanotta. Sexualidade, direitos humanos e enfrentamento da violência contra mulher. In: CARLSON, Marcelo Tadeu et al (Revisão). **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher: Textos Acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 117-138.

MARION, Aline Adriana. **A importância da mulher na agricultura familiar**.

Especialista em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural, UNICENTRO, [2016].

Disponível em: <

<http://www.infocos.org.br/publicacresol/upload/trabalhosfinal/227.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MELO, Hildete Pereira de Melo; DI SABBATO, Alberto. Divisão sexual do trabalho. In: CARLSON, Marcelo Tadeu et al (Revisão). **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher: Textos Acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 53-76.

MEURER, Leila Denise; RAMALHO, Ana Isabel M.; KRAUSER, Raul Ristow. A trajetória histórica das mulheres no movimento dos pequenos agricultores – MPA e suas contribuições ao plano camponês. In: TAVARES, Jozelita; COSTA, Josineide; FAGUNDES, Marli (Org.). **Diversidade produtiva das mulheres do MPA**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p.11-18.

MIGUEL, Luiz Felipe. Mulheres e espaços de poder no Brasil. In: CARLSON, Marcelo Tadeu et al (Revisão). **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher: Textos Acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 139-156.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Políticas Públicas para as Mulheres na Reforma Agrária**. Cartilha didática, Brasília: MDA, 2010. Disponível em:<  
[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/cartilha\\_ILCA\\_poI%C3%ADticas\\_P%C3%BAblicas-8920942.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/cartilha_ILCA_poI%C3%ADticas_P%C3%BAblicas-8920942.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Guia de campo: vegetação do Cerrado 500 espécies**. Brasília: MMA/SBF, 2011, 532p.

NANDI, Aline. **Entre saberes e afazeres: a dinâmica das atividades rurais de mulheres agricultoras familiares no contexto do desenvolvimento regional (Rolantes/RS)**. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2015. Disponível em: <

[https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Aline%20Nandi\\_dissertacao.pdf](https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Aline%20Nandi_dissertacao.pdf)>. Acesso em: 3 out. 2017.

NEVES, Magda de Almeida. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho: precarização e discriminação salarial. In: CARLSON, Marcelo Tadeu et al (Revisão). **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher: Textos Acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 157-176.

NOBRE, Miriam. Gênero e autonomia econômica para as mulheres. In: **ONU: Caderno de Formação**, Brasília: SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH, 2016. Disponível em: < [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/caderno\\_genero\\_autonomia.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/caderno_genero_autonomia.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2018.

PASTÓRIO, Inês Terezinha; ROESLER, Marli Renate Von Borstel. O papel da mulher no processo produtivo familiar com sustentabilidade. In: 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, 2014, UNIOESTE. **Anais do 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, 2º Seminário de Direitos Humanos, Paraná, 15-18 set. 2014**. Disponível em: < [http://cac-php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/anais/TC\\_PAPEL\\_MULHER\\_PROCES\\_PRODUT\\_FAMILIAR\\_COM\\_SUSTENTABILIDADE.pdf](http://cac-php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/anais/TC_PAPEL_MULHER_PROCES_PRODUT_FAMILIAR_COM_SUSTENTABILIDADE.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2017.

PREFEITURA DE ANASTÁCIO. **Nossa História**. Disponível em:<[www.anastacio.ms.gov.br/prefeitura/3/nossa-historia](http://www.anastacio.ms.gov.br/prefeitura/3/nossa-historia)>. Acesso em: 12 de março de 2018.

QUEIROZ, Jandira. Notas sobre gênero, sexualidade e direitos humanos no Brasil em maio de 2011. In: CARLSON, Marcelo Tadeu et al (Revisão). **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher: Textos Acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 77-96.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semíramis Pedrosa (Eds.). **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina, DF: EMBRPPRA-CPAC, 1998. p. 87-148. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/publication/283319778\\_Fitofisionomia\\_do\\_bioma\\_Cerrado](https://www.researchgate.net/publication/283319778_Fitofisionomia_do_bioma_Cerrado)>. Acesso em: 3 de maio de 2018.

RODRIGUEZ, Graciela. A autonomia econômica das mulheres e a reprodução social: o papel das políticas públicas. **Instituto Equit: Gênero, Economia e Cidadania Global**, Rio de Janeiro, p. 1-23, [2013]. Disponível em:< <http://www.equit.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/03/aautonomiaeconomicadasmulheres.pdf>>. Acesso em: 19 fev.2018.

ROMANO, Jorge O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 9-20.

SANO, Sueli Matiko; RIBEIRO, José Felipe; BRITO, Márcia Aparecida de. **Baru: biologia e uso**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004. 52 p. Documentos 116. Disponível em:< <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/566595/1/doc116.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

SANTOS, Cristiano Figueiredo dos; NOVAK, Eliane. Plantas Nativas do Cerrado e Possibilidades em Fitorremediação. **Revista de Ciências Ambientais – RCA**, Canoas, vol. 7, n. 1, jul/ 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Rbca>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminina. In: **I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO**. Promovido pelo NEIM/UFBA. Salvador, Bahia, 5-10 jun. 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

SCHEFLER, M. L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. **Revista feminismos**, Bahia, v. 1, n.3, p. 73-93, set. /dez. 2013. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/75>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

SEBRAE. **Mapa de Oportunidades do Município de Anastácio**. 2015. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/Mapa%20de%20Oportunidades%20ANAST%C3%81CIO.pdf>>. Acesso em: 12 de março de 2018.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira. **Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano**. 2014. 250 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2015%20mestrado%20UFBA%20Ana%20Elizabeth%20Siqueira.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

SNPM, Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. **Pacto nacional pelo enfrentamento a Violência contra as mulheres**. 2010. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/texto-pacto-enfrentamento-violencia-contra-mulheres.pdf>>. Acesso em: 3 de maio de 2018.

SOUZA, Daryane Ariel; KAZMIERCZAK, Marília; COUTO, Rafaella. Mulher e sociedade: Como podemos compreender as mulheres à luz de seus direitos sociais na contemporaneidade? **Revista Eletrônica: Colégio Mãe de Deus**, Porto Alegre, RS, v. 3, p. 1-9, set. 2012. Disponível em: <[http://www.colegiomaededeus.com.br/revistacmd/revistacmd\\_v32012/artigos/A6\\_Mulher\\_Sociedade.pdf](http://www.colegiomaededeus.com.br/revistacmd/revistacmd_v32012/artigos/A6_Mulher_Sociedade.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2017.

STROMQUIST, Nelly. La búsqueda del empoderamiento: em qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEÓN, Magdalena (Compiladora). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. 1º ed. Santafé de Bogotá, Colombia: Tercer Mundo S.A., 1997, p. 75-94.

SUCUPIRA, Fernanda. Mulheres do campo construindo autonomia. In: **Seminário Gênero e Mercados Inclusivos**. Promovido pela Sempre Viva Organização Feminista- SOF, São Paulo: SOF, fev. 2016. Disponível em: <

<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Mulheres-do-campo-web-1.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

TAVARES, Rebecca. Discurso. In: CARLSON, Marcelo Tadeu et al (Revisão). **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher: Textos Acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 249-266.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Simone Padilha Coordenadora. 2. ed. rev. e atual. Chapecó, 2015, 142 f.: il.

WALTER, Bruno Machado Teles; Ribeiro, José Felipe. **Fitofisionomias do bioma Cerrado: síntese terminológica e relações florísticas**. 2006. 388 p. Tese (Pós-graduação em Ecologia) - Curso de doutorado em Ecologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos I**. Trad. Daniel Grassi- 2. ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIEGER, Lilian (Org.). **Políticas públicas municipais de gênero pela autonomia e empoderamento da mulher pontanense**. Publicação do Município de Pontão, Porto Alegre: IGES, mar. 2016. (Cadernos didáticos).

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO – AGRICULTORAS DO GRUPO BARU.

### 1) DADOS GERAIS

Nome completo:

Idade:

Estado civil:

Escolaridade:

Filhos (nome/idade):

2) Quem mora com você?

3) Desde quando participa do grupo? O que te levou a participar do grupo Baru?

4) Quando surgiu a ideia da formação do grupo Baru? Como foi a organização inicial do grupo? Quais os objetivos do grupo?

5) O que as pessoas de fora do grupo (comunidade, familiares, técnicos) falavam nesse momento inicial?

6) Quais as dificuldades para conseguir participar do grupo? Como foi a reação da família em relação a tua participação no grupo?

7) O que mudou em sua vida em função de participar do grupo?

8) Como era sua relação com a comunidade antes e depois do trabalho em grupo? Teve mudanças? ... (caso tenha tido mudanças) O trabalho em grupo contribuiu para essas mudanças? De que forma?

9) (Para as casadas). Como era tua relação com o marido/companheiro antes e depois do trabalho em grupo? Houve mudanças? ... (caso tenha tido mudanças) O trabalho em grupo contribuiu para essas mudanças? Como?

10) Você percebeu mudanças na relação com a comunidade e na relação com os familiares no caso das outras mulheres que participam do grupo? Quais mudanças?

11) Houve melhorias na sua qualidade de vida devido ao trabalho em grupo? Quais? O que essa renda significou para sua vida?

12) Qual a contribuição financeira que o trabalho em grupo te trouxe?

13) Você tinha outra fonte de renda antes do trabalho em grupo? Como era obtida? Quem controlava o dinheiro?

14) Quais as dificuldades enfrentadas pelo grupo?

15) Você gosta de trabalhar em coletivo? Quais as vantagens e desvantagens que você observa?

16) Quais suas perspectivas para o futuro?

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO - TÉCNICO RESPONSÁVEL DA AGRAER.**

## 1) DADOS GERAIS

Nome completo:

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

- 2) Como surgiu o projeto de implantação do grupo Baru? Quais os objetivos do grupo?
- 3) Quais são as características gerais das participantes do grupo?
- 4) Como se deu a discussão inicial com as agricultoras?
- 5) Qual o acompanhamento que a AGRAER fornece ao grupo?
- 6) Como você avalia a trajetória do grupo? Dificuldades, avanços?
- 7) O trabalho em grupo tem contribuído para incentivar a autonomia econômica das mulheres do campo? Como?
- 8) O trabalho em grupo tem contribuído para o empoderamento das mulheres? De que forma?
- 9) Para você como é trabalhar com essas agricultoras?
- 10) Você observou mudanças na participação na comunidade dessas agricultoras após se inserirem no grupo Baru? Quais?
- 11) Você observou mudanças nas relações intrafamiliares das participantes do grupo após se inserir no grupo Baru? Quais?
- 12) Que outras mudanças você observa nas vidas dessas agricultoras e na comunidade em geral a partir do projeto?

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO – REPRESENTANTE DO MST.****1) DADOS GERAIS**

Nome completo:

Idade:

Estado civil:

Escolaridade:

Setor (no MST):

2) Conhece o trabalho do Grupo Baru? Se sim desde quando?

3) Como você vê o trabalho dessas agricultoras? O trabalho em grupo?

4) Você observa mudanças na participação social dessas agricultoras após a criação do Grupo?

5) Na sua opinião qual a importância desses projetos (trabalhos coletivos) na luta por autonomia econômica e empoderamento das mulheres?

6) Como estes trabalhos com agricultoras é visto dentro do MST?

7) Para você qual a importância do empoderamento de mulheres do campo?